

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CMG RICARDO PINHEIRO PADILHA

REFLEXOS DA GEOPOLÍTICA MUNDIAL PÓS-CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA
DE 2008, COMO OPORTUNIDADE PARA A POLÍTICA BRASILEIRA DE
SEGURANÇA E DEFESA

Rio de Janeiro

2011

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CMG C-PEM 2011

REFLEXOS DA GEOPOLÍTICA MUNDIAL PÓS-CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA
DE 2008, COMO OPORTUNIDADE PARA A POLÍTICA BRASILEIRA DE
SEGURANÇA E DEFESA

Rio de Janeiro

2011

CMG RICARDO PINHEIRO PADILHA

REFLEXOS DA GEOPOLÍTICA MUNDIAL PÓS-CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA
DE 2008, COMO OPORTUNIDADE PARA A POLÍTICA BRASILEIRA DE
SEGURANÇA E DEFESA

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Política e Estratégia Marítimas.

Orientador: Prof. Renato Petrocchi

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval

2011

CMG C-PEM 2011

REFLEXOS DA GEOPOLÍTICA MUNDIAL PÓS-CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA
DE 2008, COMO OPORTUNIDADE PARA A POLÍTICA BRASILEIRA DE
SEGURANÇA E DEFESA

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Política e Estratégia Marítimas.

Orientador: Prof. Renato Petrocchi

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2011

RESUMO

Em setembro de 2008 estourou uma bolha imobiliária nos Estados Unidos, causada por uma escalada de empréstimos *subprime*, que se alastrou para o mundo. A recessão decorrente devastou as economias dos países desenvolvidos, com grandes taxas de desemprego. Instituições financeiras tiveram que ser socorridas por seus governos para não falirem, o que liquidou trilhões de dólares em todo o globo. Na outra ponta desta história, estão os países emergentes, como o Brasil, onde a recessão foi rápida e o PIB voltou a crescer em seguida, atraindo investimentos externos. A utilização de políticas preventivas unilaterais dos norte-americanos a partir de 2001 e a crise econômico-financeira de 2008, em contraste com a economia equilibrada e o dinamismo das Relações Internacionais dos países emergentes levaram o mundo a uma nova geopolítica. O mundo assiste ao relativo declínio da atuação da superpotência na América Latina e a adoção, por parte do Brasil, de políticas de parcerias estratégico-comerciais com a vizinhança sul-americana, que aliado à política econômica do governo, tem permitido afiançar o Brasil como um poder regional no sistema internacional. Mas existe um limite nessa política, que poderá determinar um decréscimo no poder de barganha internacional da política externa brasileira no futuro, caso não tenha uma Força Armada capaz de projetar poder e sirva de respaldo à política externa do Brasil. Se anteriormente o país renunciou a qualquer ambição militar regional, trazendo consigo uma baixa articulação entre a diplomacia e a defesa, existe agora uma pressão internacional e uma janela de oportunidade no sentido inverso. A articulação virtuosa de diplomacia e defesa depende de uma prévia definição política de Estado, que privilegie a soberania na definição de seus interesses nacionais e a autonomia na sua implementação.

Palavras-chave: Crise financeira, subprime, diplomacia, defesa, política externa, Relações Internacionais

ABSTRACT

In September 2008 a real estate bubble burst in the U.S., caused by an escalation of subprime loan, which spread to the world. The resulting recession devastated the economies of developed countries with high rates of unemployment. Financial institutions had to be rescued by their governments not to go bust, which wiped out trillions of dollars around the globe. At the other end of this crisis, emerging countries like Brazil experienced minor economic drawbacks. The consistent GDP behavior has contributed to attract foreign investments. Since 2001 the US unilateral military preventive interventions policy combined with the economic-financial crisis of 2008 was in contrast to the balanced economy and the dynamism of international relations in emerging countries and led the world to a new geopolitics. In Latin America there is a growing perception of the relative decline of the superpower's influence. The Brazilian political-strategic business partnerships with its South American neighbors and the government's economic policy have enabled Brazil to be a potential regional power in the international system. This new *status quo* puts Brazilian foreign policy in a crossroad as long as the lack of a credible military power may determine a decrease in its international influence in the near future. If this policy has renounced so far to any ambitions as a regional military power, as indicated by little interaction between diplomatic and defense affairs, there is now an international pressure and a window of opportunity in reverse. The diplomatic and defense integrated policy is dependant on a prior definition of a national policy, which favors the sovereign in defining the national interests and the related autonomy in its implementation.

Keywords: Financial crisis, subprime loan, diplomacy, defense, foreign policy, international relations.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAA -	Classificação dada pela Standard & Poor's aos títulos de corporações ou de governos (municipais) da mais elevada qualidade
ABC -	Agência Brasileira de Cooperação
ACBN -	Acordo de Cooperação Naval entre o Brasil e a Namíbia
BCE -	Banco Central Europeu
BRIC -	Brasil, Rússia, Índia e China
BRICS -	BRIC + África do Sul
CDO -	<i>collateralized debt obligation</i> (Títulos garantidos por dívida)
CDS -	Conselho de Defesa Sul-Americano
CFN-Nam -	Corpo de Fuzileiros Navais da Namíbia
C-PEM -	Curso de Política e Estratégia da Marinha
CSNU -	Conselho de Segurança das Nações Unidas
CSS -	Cooperação Sul-Sul
EGN -	Escola de Guerra Naval
EMBRAPA -	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
END -	Estratégia Nacional de Defesa
EUA -	Estados Unidos da América
FA -	Forças Armadas
Fed -	Federal Reserve ou Banco Central norte-americano
FHC -	Fernando Henrique Cardoso
Fiocruz -	Fundação Oswaldo Cruz
G20 -	O Grupo dos 20 (ou G20 financeiro) é um grupo formado pelos ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia.

G7 -	Grupo formado pelas 7 democracias mais ricas do mundo (EUA, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e o Canadá)
LBD -	Livro Branco de Defesa
MB -	Marinha do Brasil
MD -	Ministério da Defesa
ONU -	Organização das Nações Unidas
ONU -	Organização das Nações Unidas
OTAN -	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAEMB -	Plano de Articulação e Equipamento da Marinha do Brasil
PIB -	Produto Interno Bruto
PIGS -	Portugal, Islândia, Itália, Grécia e Espanha (Spain)
RI -	Relações Internacionais
S&P -	Standard&Poor's (agência de rating)
UE -	União Europeia
UNASUL -	União das Nações Sul-Americanas

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 -	Resultado líquido do governo norte-americano em percentual do Produto Interno Bruto - 1965-2008	25
Gráfico 2 -	Dívida pública total em bilhões de dólares e variação percentual da dívida dez/1992 - mar/2009	26
Tabela 1 -	Posição no ranking da ONU de contribuintes com pessoal para missões de paz, na década de 2000 até 2007.....	53

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	A CRISE FINANCEIRA E ECONÔMICA DE 2008 A 2011	13
2.1	O “Maestro” da economia mundial	14
2.2	A bolha habitacional.....	17
2.3	A depressão e o efeito cascata.....	21
2.4	A dívida e o declínio norte-americano	25
2.5	A vez do Brasil.....	28
3	O PAPEL BRASILEIRO NO MUNDO DO PONTO DE VISTA DAS RI	31
3.1	O poder nas RI.....	31
3.2	Poder militar.....	32
3.3	A dinâmica das RI.....	33
3.4	Polaridade no mundo atual.....	34
3.5	A inserção brasileira no entorno sul-americano e mundial	37
4	A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E A DEFESA	42
4.1	A opção pelo multilateralismo e o <i>soft power</i>	43
4.2	Reencontro entre a diplomacia e a defesa na consecução da política externa	45
5	ALTERAÇÃO NA GEOPOLÍTICA E AS OPORTUNIDADES	49
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
	REFERÊNCIAS	57

1 INTRODUÇÃO

De um modo geral, a crise desencadeada em 2008 pode ser chamada de “crise econômico-financeira de 2008”. Entretanto, para ficar coerente com a sequência dos fatos, neste trabalho a tratarei como “crise financeira e econômica de 2008”, uma vez que teve início no setor financeiro, expandindo-se para o resto da economia, por conta das políticas adotadas, sobretudo as relativas à liberalização dos mercados financeiros e de capital.

Em setembro de 2008, a crise se alastrou para o mundo a partir de *Wall Street* e segundo Stiglitz (2010, p. 35) “num mercado desregulado, inundado de liquidez e com taxas de juros baixas, uma bolha imobiliária global e uma escalada de empréstimos *subprime*¹”, que formaram uma combinação tóxica para o mercado.

A bolha imobiliária norte-americana teve origem no início dos anos 2000, com o estouro da bolha tecnológica (STIGLITZ, 2010, p. 38). Havia juros baixos e crédito farto para operações de alto risco e lucro incerto. Os americanos pegavam dinheiro emprestado dos bancos para comprar casas, contraindo dívidas que não poderiam pagar. Com a maior procura, os imóveis foram valorizando. Os bancos, por sua vez, faziam contratos de segunda linha, chamados *subprime*, e repassavam para as seguradoras, visando à cobertura de eventuais calotes. Os papéis eram ainda negociados com investidores e fundos de aposentadoria.

A ideia era, no final, todos saírem ganhando. No entanto, os juros aumentaram e os norte-americanos não conseguiram pagar suas dívidas, perdendo as casas hipotecadas. Os bancos colocaram os imóveis à venda, causando queda nos preços de mercado.

¹ (do inglês *subprime loan* ou *subprime mortgage*) é um crédito de risco concedido a um tomador que não oferece garantias suficientes para se beneficiar de taxas de juros mais vantajosas (*prime rate*). Clientes “*subprime*” equivalem aos que representam um risco maior de pagamento, mas trazem taxas de retorno mais altas para as instituições financeiras. Os empréstimos *subprimes* referiam-se à hipotecas, dívidas de cartões de crédito e aluguel de carros, sendo concedidos a clientes sem comprovação de renda e com histórico ruim de crédito.

De uma hora para outra, empresas se viram cobertas de títulos “podres” dos quais precisavam se livrar o mais rápido possível, antes que se desvalorizassem mais ainda. A situação foi o que Krugman e Stiglitz chamaram de “estouro da bolha”.

Pois foi no dia 15 de setembro de 2008 que a tal bolha imobiliária explodiu de vez e trouxe consigo a derrocada de um dos mais importantes centros financeiros do mundo – *Wall Street*. A economia mundial se viu então diante de um iminente colapso, sem precedentes desde o *crack* da bolsa de Nova York, em 1929.

Neste dia, o Lehman Brothers quebrou e outros três bancos de investimentos dos EUA (Estados Unidos da América), o JP Morgan, o Merrill Lynch e o Goldman Sachs, quase foram à falência. Para se reerguerem, pediram socorro ao governo (STIGLITZ, 2010, pp. 71-73).

Com a confiança abalada no mercado, créditos deixaram de ser concedidos e os investidores se afastaram. Sem crédito, houve queda de produção e as fábricas fecharam, como aconteceu com a indústria automobilística.

Como resultado, milhares de pessoas perderam seus empregos, gerando queda no consumo e na arrecadação de impostos. Os países entraram em período de recessão².

Para muitos foi uma surpresa, para alguns poucos, a crise financeira e econômica de 2008 seguiu uma perversa linha previsível e irresistível, que trouxe ao tabuleiro global uma profusão de novas ideias a respeito do rumo das economias e suas regulações. Antes do desencadeamento da crise prevaleciam as doutrinas do mercado livre:

Os mercados livres e desregulados são eficientes; os erros que possam cometer são rapidamente corrigidos por eles próprios. O melhor governo é o menor governo; a regulação só faz dificultar a inovação. Os Bancos Centrais devem ser independentes e concentrar-se em manter baixa a inflação. (STIGLITZ, 2010, p. 10).

² Recessão ocorre quando o crescimento da economia de determinado país fica estagnada e são acumuladas perdas sucessivas no PIB, que é a soma de riquezas de uma nação.

Krugman³ aponta que “quando a crise tiver sido superada” um princípio básico deva ser seguido: “qualquer coisa que necessite de socorro durante a crise financeira, por desempenhar papel essencial no sistema financeiro, deve ser submetido à regulamentação, [...] para que não haja riscos excessivos” (KRUGMAN, 2009, p. 200).

O mundo pós-crise tem os EUA com uma dívida pública maior que seu PIB, FA atuando em diversas frentes, produzindo enormes gastos de recursos financeiros e consequências de ordem psicossocial e militar, além de uma disputa política interna que poderá levar o país a um calote internacional e a um descrédito de seu presidente; a Europa enfrentando um índice de desemprego sem precedentes, o que deu vazão a políticas de restrições à imigração e convivendo com os PIGS⁴; a China, que já ultrapassou o Japão e se tornou o principal país exportador no mundo, provocando uma mudança no fluxo de capitais entre EUA e a União Europeia (UE).

A nova geopolítica mundial demonstra que os países que compõem o chamado BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), grupo das economias emergentes, saíram fortalecidos com a crise, ensejando maior poder político e atração de investimentos. Mas o serviço está inacabado. A oportunidade está à porta e o Estado brasileiro necessita criar estratégias que o tornarão um dos grandes atores no cenário internacional, reconhecido e respeitado.

De que forma as transformações ocorridas na geopolítica mundial poderão trazer algum impacto na política externa de segurança e defesa brasileira? Quais oportunidades que se apresentam para a Defesa, pós-crise de 2008, considerado pelo almirante Reis⁵ um “evento geopolítico”? Haveria limitações?

³ PAUL KRUGMAN, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 2008, é autor, colunista e blogueiro, e leciona Economia e Relações Internacionais na Princeton University.

⁴ PIGS (*Portugal, Ireland, Italy, Greece and Spain*, que em inglês significa “porcos”) - Países da UE, que estão enfrentando forte recessão e têm déficit público muito acima do índice aceito pela UE que é de 3%.

⁵ VA (RM1) Reginaldo Gomes Garcia dos Reis, professor da disciplina de Estratégia do C-PEM (Curso de Política e Estratégia Marítima) e Chefe do Departamento de Ensino da Escola de Guerra Naval (EGN), que

O fato é que as atuais políticas externas de segurança e de defesa do Brasil estão muito aquém do ideal de um país que almeja ser grande, pois falta o poder dissuasório da Defesa para respaldar nossa diplomacia. Segundo o Ministro de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Moreira Franco, “[...] a história não registra países com capacidade de ação diplomática desprovida do suporte adequado no campo militar” (2011, p. 3).

Mas há os que defendem uma “política externa independente”, por meio da qual se daria prioridade aos fóruns multilaterais, tendo em vista a reduzida capacidade de projeção externa brasileira (em termos militares ou financeiros). Ou seja, exercer uma maior influência nos processos globais apenas por influência da diplomacia (ALMEIDA, 2007, p. 11). Teríamos chegado ao contraste máximo entre a ambição diplomática e o poder militar não correspondente?

Desde 1999, com a ampliação do G7 em G20, o Brasil tornou-se ator relevante nas negociações financeiras (LIMA, 2010, p. 410). Em 2008, o mundo passou por transformações financeiras e econômicas, mas no Brasil a recessão durou exatamente dois trimestres, enquanto nações mais ricas levaram o dobro do tempo. Contribuiu para isso uma economia estável e um mercado financeiro com pouca alavancagem⁶. Em 2010, reforçou sua relevância ao tornar-se o 5º maior PIB do mundo e em abril de 2011, 7ª maior economia mundial, ultrapassando a Itália⁷. Em 2020, a continuar nesse ritmo, deverá ultrapassar a Alemanha⁸. Foi reeleito membro não permanente do CSNU (Conselho de Segurança das Nações Unidas) e agora tem a oportunidade de atuar no vácuo de poder deixado pelos EUA no subcontinente sul-americano sucedendo-o como hegemônico na América do Sul (HIRST; HURRELL, 2009).

explicou em sala de aula que “evento geopolítico” é aquele que se torna referência na história por determinar uma mudança no rumo da mesma.

⁶ Alavancagem - termo usado para quando uma empresa investe aquilo que não tem.

⁷ Análise da publicação digital “*Latin Business Chronicle*”, com base em novos dados do FMI sobre 186 países, realizado em abril de 2011.

⁸ *Ibidem*.

Vácuo de poder? Por que os EUA deliberadamente deixariam que o Brasil ocupasse um espaço de liderança no subcontinente sul-americano? Seria esta uma “concessão” ou uma “incapacidade”? Essas questões serão tratadas nos capítulos 2 e 3.

Ajudou nessa percepção de dominância brasileira na América do Sul o fato de o governo brasileiro ter articulado a criação do Conselho de Segurança Sul-Americano, posteriormente chamado de Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) e elaborado sua Estratégia Nacional de Defesa (END), ambas em 2008. Agora passa por um período de debates com a sociedade brasileira para a confecção do Livro Branco de Defesa (LBD). Decorrente da END, o Plano de Articulação e Equipamento da Marinha do Brasil (PAEMB) reflete as necessidades da MB para cumprir sua destinação de defesa da pátria e garantia dos poderes constitucionais até 2030.

Toda essa articulação de projeção de poder tem criado uma dicotomia no Estado que historicamente renunciou a qualquer ambição militar, prevalecendo a diplomacia como primórdio de sua política externa, calcada na moderação e na prudência (LIMA, 2010). Este assunto será tratado com maior detalhe no capítulo 4.

Este estudo pretende, enfim, desenvolver um histórico cronológico da crise financeira e econômica de 2008, avaliando seus impactos e transformações ocorridas na geopolítica mundial. Além disso, pretende identificar as oportunidades e/ou limitações às políticas externa de segurança e de defesa do Brasil.

2 A CRISE FINANCEIRA E ECONÔMICA DE 2008 A 2011

Há quem considere as políticas de Ronald Reagan, Margaret Thatcher e Helmut Kohl como a origem remota desta crise. De fato, Krugman (2009) e Stiglitz (2010, p. 57) atribuem à desregulamentação iniciada nos tempos de Ronald Reagan como um vírus que aos poucos minou a economia norte-americana e mundial para desembocar na crise de 2008.

O entusiasmo pelo liberalismo e pelo capitalismo contribuiu para o progresso e enriquecimento da superpotência e das potências mundiais, bem como para o aumento do poder de compra e do bem-estar dos seus concidadãos. A desregulamentação⁹ propiciou que os cidadãos desses países gastassem além do que poderiam, criando dívidas que não poderiam pagar, na esperança que a economia global permanecesse aquecida e os juros permanecessem baixos. Pois essa falta de controle e supervisão do setor financeiro e o excesso de confiança dos operadores geraram um ambiente que deu lugar ao egoísmo, ao oportunismo e à prática de operações muito arriscadas.

Terá, também, contribuído para a crise a legislação do então presidente dos EUA, Bill Clinton, com vistas a distribuir dinheiro para facilitar ou permitir a compra de habitação por pessoas de baixa renda como hispânicos, funcionários e veteranos com mais dificuldades. “Com o mesmo fim, acabou com a separação entre bancos comerciais e bancos de investimento, pondo termo a uma lei de 1929” (BRANDÃO, 2010, p. 2). A derrubada da lei Glass-Steagall (*Glass-Steagall Act*), em 1999, possibilitou a criação de bancos cada vez maiores, grandes demais para falir. A consciência de que não podiam quebrar se tornou um incentivo para a tomada de riscos excessivos. Os bancos aproveitaram logo a oportunidade

⁹ Significa a simplificação das regras e regulamentações governamentais que restringem a operação das forças de mercado. Em outras palavras, possibilitou a eliminação ou a redução do controle governamental de forma a haver um “mercado livre”. Havia a crença que os mercados se autorregulassem sem a necessidade de o governo estabelecer regras rígidas que no fim engessariam o próprio mercado.

para fazer grandes negócios, facilitando e estimulando o crédito, com pouca ou nenhuma supervisão.

É lógico que essa “oportunidade” não foi desperdiçada por ninguém e o que deveria servir para grupos da classe média e baixa, acabou se tornando generalizado. “Usando intencionalmente frases de conhecidas personalidades, a ‘criatividade destrutiva do sistema financeiro’, atuando em completa liberdade, deu lugar ao ‘lixo tóxico financeiro’ e às ‘armas financeiras de destruição maciça’” (BRANDÃO, 2010, p. 2).

2.1 O “Maestro” da economia mundial

Em maio de 1987, Alan Greenspan foi convidado a presidir a Junta de Governadores do Banco Central norte-americano (Federal Reserve - Fed) durante o governo de Ronald Reagan. O presidente norte-americano procurava alguém comprometido com o “mercado livre” e a desregulamentação.

Greenspan ficou como presidente do Fed durante 18 anos e nesse período passou por diversas crises recessivas, bem como se formaram duas enormes “bolhas”¹⁰ de ativos: primeiro, em ações, ou, de acordo com Stiglitz (2010, p. 38), bolha tecnológica ou bolha “pontocom”; e depois, em imóveis residenciais ou moradias. Ao deixar o cargo arrastava uma fama de glórias de um dos maiores dirigentes de banco central da história, aclamado por jornalistas, congressistas e até expoentes economistas do mundo inteiro. Creditavam a ele a contribuição pela prosperidade dos Estados Unidos.

Ao sair do Fed em 2006, Alan Greenspan tinha uma aura de uma das mais poderosas autoridades financeiras do mundo. Segundo Krugman, sua influência, no entanto, ultrapassou em muito seus poderes formais: “ele era o maestro, o Oráculo, o membro mais

¹⁰ A bolha ocorre quando existe uma replicação de capitais sobre um único, por meio do sistema financeiro. De forma simples significa dizer que se vende virtualmente mais do que se tem para vender fisicamente, alavancando os lucros. A bolha estoura, quando se quer reaver o investimento sem lastro real.

importante do Comitê de Salvação do Mundo, como disse reportagem de capa da revista Time, em 1999” (KRUGMAN, 2009, p. 145).

Seu antecessor, Paul Volcker, teve que lidar com a dura tarefa de controlar a inflação, alcançando esse resultado por meio de políticas monetárias restritivas. Tais políticas acarretaram forte desaceleração econômica, mas acabaram atingindo em cheio o processo inflacionário. Alan Greenspan, pelo contrário, pegou uma economia bem equilibrada e se fartou em gerenciar uma política monetária que parecia eficaz na época.

Krugman (2009, p. 148) cita William McChesney Martin Jr., presidente do Fed que mais tempo permaneceu no posto, saindo em 1970, com a famosa declaração: “o trabalho do Fed consiste em retirar as bebidas da sala, quando a festa estiver ficando animada.” A principal mensagem era de que o Fed deveria ser o moderador do aquecimento excessivo da economia, de modo a evitar uma “exuberância irracional”¹¹ nos mercados financeiros. “Não existe almoço de graça”, os recursos são limitados. Não há abundância sem cobrança. O mercado alavancado sempre cobra o preço por meio de uma recessão.

Mas Greenspan achava que poderia driblar tudo isso, e mesmo alertado e consciente do que ocorria no mundo financeiro, nada fez para conter o entusiasmo do mercado e esperou a bolha estourar para depois consertar tudo. As “bolhas de Greenspan”, como chama Krugman em seu livro, levou os EUA a um forte crescimento nos anos 90 e a um nível espetacular de criação de empregos. É provável que tal não ocorresse se outra pessoa estivesse à frente do Fed.

Dois fatores levaram à bolha das ações, segundo Krugman (2009, p. 152): havia um senso de segurança e uma crença de que os dias em que a economia entrava em graves recessões pertenciam ao passado e a tecnologia da informação, por sua vez, trouxe otimismo sobre o potencial de geração de lucro. “Em boa parte do ambiente dos negócios, contavam-se

¹¹ Expressão atribuída a Alan Greenspan, em discurso no ano 1996, onde teria insinuado que havia uma bolha nos preços das ações (KRUGMAN, 2009, p. 148).

histórias de como a tecnologia havia mudado tudo, de como as velhas regras sobre limites do lucro e do crescimento haviam perdido a validade” (KRUGMAN, 2009, p. 153). Fraudes contábeis e ganhos gigantescos aparentemente impunes pareciam não ter limites. Mas como disse Robert Shiller, autor de *Exuberância Irracional*, citado na obra de Krugman, as bolhas de ativos são como uma pirâmide da fortuna. Ela se alimenta enquanto houver dinheiro entrando. Quando deixa de entrar, a corrente é quebrada e o esquema entra em colapso. Muita gente ganha dinheiro por um tempo, mas não infinitamente. No caso das “pontocom”, esse limite foi alcançado em 2000.

Os anos 2000 chegaram e com ele o colapso da bolha tecnológica. O valor das ações “pontocom” caíram 78% entre março daquele ano e outubro de 2002 (STIGLITZ, 2010, p. 39). O governo de George W. Bush logo apresentou uma “cura milagrosa” para a “pequena recessão” que se desenhava: reduziu os impostos para os ricos. Segundo Stiglitz, isso fez com que algo tivesse que ser feito para estimular a economia, pois a redução de impostos era limitada nesse campo. Desta forma, Greenspan agressivamente reduziu as taxas de juros e com isso inundou o mercado de liquidez, revertendo a situação. A economia, que estava com sua capacidade ociosa passou a ter aumento de investimentos em fábricas e equipamentos.

Oficialmente, a recessão teria sido superficial e sem grande queda no PIB, tendo durado apenas oito meses. No entanto, deixou um rastro no mercado de trabalho, onde o nível de desemprego ficou elevadíssimo no período oficial de recessão e assim permaneceu por pelo menos dois anos e meio (KRUGMAN, 2009, p. 158).

No final de 2001, a produção industrial e o PIB apresentavam pequena e lenta alta. Já o mercado de trabalho, continuava piorando. O Fed tinha medo de que houvesse uma deflação e continuou cortando os juros. Quando a economia finalmente se recuperou, o que a impulsionava era o mercado de imóveis. Os críticos de Greenspan escreveriam, mais tarde, que as ações do Fed apenas trocaram a bolha das ações pela bolha habitacional. De certo que

o Banco Central norte-americano, comandado por Alan Greenspan, conseguiu sair da estagnação econômica graças à formação de uma nova bolha, que apesar de não ser visível a princípio, foi muito bem vinda.

2.2 A bolha habitacional

Os aspectos básicos da história são bem conhecidos:

Os Estados Unidos tinham uma bolha imobiliária. Quando a bolha estourou e os preços das casas caíram dos níveis estratosféricos em que estavam, um número cada vez maior de proprietários se sentiu “afogado”. Eles deviam mais em hipotecas do que o valor de suas casas. Ao perderem as casas, muitos perderam também as poupanças de toda a vida e os sonhos para o futuro – formação universitária para os filhos, aposentadoria em boa situação financeira. Em certo sentido, os americanos estavam vivendo um sonho (STIGLITZ, 2010, p. 36).

A bolha tecnológica foi substituída pela bolha habitacional. A economia mundial dependia da economia dos Estados Unidos que, para crescer, necessitava que houvesse aumento no consumo de seus cidadãos. Stiglitz cita em sua obra o *U.S. Census Bureau*¹², que demonstra uma queda média real da renda das famílias norte-americanas (levando em conta a inflação), entre 2000 e 2008, de quase 4%. Bem, se a renda média do trabalhador norte-americano estava caindo, significa que o consumo deveria cair na mesma proporção, pois haveria pouco dinheiro em circulação. Entretanto, as instituições financeiras se arvoraram a criar mecanismos de crédito de alto risco (na época eles não tinham essa percepção), mas que eram bastante lucrativos para quem emprestava e, até certo ponto, atraente aos clientes. Estavam, assim, criadas as condições para que houvesse aumento no consumo dos americanos. Apesar da diminuição da renda real, as famílias passaram a tomar emprestado e a consumir, como se a renda estivesse crescendo (2010, p. 36).

A liquidez do mercado, as taxas de juros baixas e pouca regulação levaram à bolha imobiliária.

¹² “Income, poverty, and health insurance coverage in the United States: 2008”, *Current Population Reports*, setembro de 2009, disponível em <http://www.census.gov/prod/2009pubs/p60-236.pdf>

Por volta de 2003, os compradores de imóveis nos EUA começaram a contrair financiamentos imobiliários cujas prestações estavam acima da sua capacidade financeira. Àquela época os empréstimos tornaram-se abundantes por diversos motivos:

- a) O esquema da “securitização” de recebíveis imobiliários inovadores.

Tal esquema existia desde a década de 30, exclusivamente para hipotecas do tipo *prime*, para tomadores de empréstimos, oferecendo menos riscos de inadimplência. Era voltado para aqueles capazes de pagarem uma grande entrada e elevadas prestações. O nível de inadimplência era pequeno e ocasional, principalmente devido à perda do emprego ou por doença.

A “inovação financeira” foi a securitização de empréstimos hipotecários *subprime*, pelo qual os “títulos eram garantidos por dívidas” (CDO – *collateralized debt obligation*). As ditas “dívidas” eram as hipotecas das casas. Como o valor das mesmas eram superiores ao valor do empréstimo realizado para adquiri-las, a diferença era emprestada pelos bancos – a isso chamaram inovação financeira, pois todos ganhavam: as instituições financeiras, os clientes e a economia.

- b) As agências de classificação de risco atribuíram grau AAA¹³ aos CDO privilegiadas.

O CDO oferecia cotas de participação de diversos recebíveis, tais como cartões de crédito e títulos *subprime* na quantidade apropriada para cada tipo de investidor. Em princípio, essa característica garantia as cotas privilegiadas como investimentos seguros. Essa avaliação possibilitou a captação de recursos em grande escala para a concessão de empréstimos *subprime*, já que diversos fundos de pensão só investem em títulos AAA. Graças à participação das agências de classificação de risco, estes empréstimos arriscados puderam

¹³ A análise das agências de classificação de risco considera a solvência dos mercados e os riscos de haver calote sobre determinado empréstimo, a classificação é regida por uma nota de classificação, que parte de um triplo A positivo (AAA+) para melhor, e D para pior (há algumas variações entre as agências). Fonte: <http://www.infoescola.com/economia/classificacao-de-risco/>

ser classificados no grau de investimento máximo e serem vendidos para investidores em todo o mundo (FERGUNSON, 2009, p. 251).

c) Preços das moradias em constante alta, juros baixos e instituições gananciosas.

A inadimplência era baixa. Alan Greenspan mantinha a taxa de juros bem baixa e chegou a afirmar “que qualquer queda nos preços das casas era muito improvável” (KRUGMAN, 2009, p. 157). Além disso, as companhias hipotecárias foram ajudadas e encorajadas pelos bancos e pelas agências de classificação de riscos a fazerem os empréstimos, pois o lucro era alto.

Ainda em 2003, os EUA invadiram o Iraque e com isso houve o aumento no preço do petróleo. O preço, que era de 32 dólares por barril em março de 2003, subiu para 137 dólares em julho de 2008. Isso significou um acréscimo de um pouco mais de 1,1 bilhão de dólares gastos por dia na importação do petróleo e que deixavam de ser investidos no próprio país. Alan Greenspan mantinha a taxa de juros baixa devido à pequena pressão inflacionária e para assegurar o consumo que, em outras palavras, sustentava a economia global.

Tudo parecia perfeito. As mudanças nas práticas de concessão de empréstimos, baseadas nas baixas taxas de juros e dispensa ou redução da parcela de entrada acabaram por incentivar o aumento de mutuários da casa própria e a economia se mantinha aquecida. Os imóveis se valorizavam e as famílias gastavam suas economias entrando nesse mercado de qualquer maneira. Se os preços continuassem a subir continuamente, a capacidade de pagamento do devedor, sob o ponto de vista do credor, não seria muito relevante. Se a prestação ficasse muito alta, os bancos poderiam emprestar mais dinheiro para cobrir os débitos anteriores, baseados no valor dos imóveis ou, na pior das hipóteses, o devedor poderia vender o imóvel, pagar a dívida e embolsar a diferença. Os credores também não se preocupavam com a qualidade dos empréstimos porque os repassavam para outros investidores.

A tentação de obter lucros fáceis a partir dos custos das transações levou muitos bancos grandes a negligenciar suas funções essenciais. O sistema bancário dos EUA e em muitos outros países, não se concentrou em emprestar dinheiro a pequenos e médios produtores, que constituem a base da criação de empregos em qualquer economia, mas concentraram-se em vez disso, em promover a securitização, especialmente no mercado hipotecário (STIGLITZ, 2010, p. 41).

A economia estava distorcida: quase um quarto do PIB norte-americano relacionava-se com a atividade imobiliária e isso se mostrou insustentável. Quanto mais pessoas pediam empréstimos, mais as instituições que os geriam aumentavam seus lucros e prêmios aos seus funcionários.

Com tanto dinheiro, mais do que necessário para a posse da habitação, o norte-americano viu reforçado o seu poder de compra e, comprando a prestações sem controle, endividou-se, ficou sem dinheiro para pagar os empréstimos e a banca acabou por executar as hipotecas por valores irrisórios, muito inferiores às garantias dadas. Verificou-se uma queda brutal nas vendas de habitações, arrastando consigo a crise na construção. Não é fácil acreditar que neste momento há perto de vinte milhões de casos de habitações vazias nos Estados Unidos da América (BRANDÃO, 2010, p. 2).

O Banco Central norte-americano, presidido inicialmente por Alan Greenspan e depois por Ben Bernanke, e os outros reguladores silenciaram e deixaram tudo acontecer. Em março de 2007, Bernanke afirmou que “o impacto dos problemas do mercado *subprime* sobre a economia e os mercados financeiros parece estar sob controle”¹⁴. Um ano depois, ante aos rumores da queda do Lehman Brothers, a linha oficial era a de que a economia já estava a caminho de uma sólida recuperação após alguns solavancos (STIGLITZ, 2010, p. 59).

Robert Shiller, da Universidade de Yale, indicou como marco histórico e início da ruptura da bolha imobiliária o ano de 2006, quando diversas instituições financeiras concediam empréstimos superiores ao valor da habitação (BRANDÃO, 2010, p. 2). Os preços dos imóveis residenciais começaram a cair lentamente entre o segundo trimestre de 2006 e o segundo trimestre de 2007. Krugman (2009, p. 160) relata que o crescimento habitacional começou mesmo a esvaziar-se no terceiro trimestre de 2005, mas que poucos perceberam.

¹⁴ Pronunciamento de Bem Bernanke, presidente do Fed, perante ao Comitê Conjunto para a economia, Congresso dos Estados Unidos, Washington, DC, 28 de março de 2007 (STIGLITZ, 2010, p. 484).

Após esse período, a crise no setor financeiro nos EUA e a queda no setor imobiliário ficaram mais acentuadas. Em fevereiro de 2007, o banco HSBC divulgou relatório em que foram admitidas pesadas perdas em operações no mercado habitacional, em razão da inadimplência no segmento *subprime*.

Em julho, a crise já era evidente e os ecos dos mais críticos ressoavam como alertas aos governos do mundo inteiro de modo a identificar que havia uma “bolha” especulativa no mercado imobiliário, que estava a ponto de estourar.

Muitos haviam feito severas críticas e repetidos alertas para o desastre que se desenrolava. Stiglitz disse não ser o único nesta lista e inclui Nouriel Roubini, economista da Universidade de Nova York (conhecido também como Dr. Catástrofe); George Soros, financista; Stephen Roach, do Morgan Stanley; Robert Schiller, perito em habitação da Universidade de Yale; e até mesmo um antigo membro do Conselho de Assessores Econômicos e Conselho Nacional de Economia do governo Clinton, Robert Wescott. Como economistas “keynesianos”¹⁵ diziam que os mercados não se corrigiriam sozinhos. Necessitava da intervenção do Banco Central, mas a verdade era inconveniente: havia muita gente fazendo dinheiro.

2.3 A depressão e o efeito cascata

Em abril de 2009, as principais economias do mundo ainda se encontravam numa recessão mais prolongada que a “grande depressão de 1929”.

¹⁵ A **escola keynesiana** ou **keynesianismo** é a teoria econômica consolidada pelo economista inglês John Maynard Keynes em seu livro *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda* (*General theory of employment, interest and money*) e que consiste numa organização político-econômica, oposta às concepções neoliberalistas, fundamentada na afirmação do Estado como agente indispensável de controle da economia, com objetivo de conduzir a um sistema de pleno emprego. Tais teorias tiveram uma enorme influência na renovação das teorias clássicas e na reformulação da política de livre mercado.

As raízes da crise do *subprime* podem ser encontradas na desaceleração do mercado imobiliário americano, em decorrência da drástica redução de disponibilidade de crédito e do súbito apertar das condições requeridas para a obtenção do mesmo.

Os bancos haviam criado uma série de produtos complexos que tinham por base as hipotecas. A bolha habitacional não poderia deixar de estourar e, com ela, os bancos já não sabiam qual era a dívida que possuíam em relação aos depositantes e acionistas, e em quanto excediam os seus ativos. A confiança ficou abalada e os bancos passaram a recusar ou cobrar elevadas taxas de juros para emprestar dinheiro aos seus congêneres, de forma a compensar os riscos.

A perspectiva de falência ou as suspeitas sobre a sorte de alguns bancos desencadeou ações contraproducentes à economia. Clientes dos bancos passaram a retirar seus depósitos, as instituições a limitar o crédito, os empresários a não ter acesso ao dinheiro, o consumidor a reduzir suas compras e os acionistas a venderem na Bolsa a qualquer preço. O desemprego veio como consequência. A crise financeira deu, assim, lugar à crise econômica.

O sinal claro de que a crise se instalara foi a falência do banco Lehman Brothers em setembro de 2008. Seguindo a tendência de insolvência, muitas e importantes instituições financeiras soçobram nos Estados Unidos e em todo o mundo. Os sucessivos resgates, no primeiro choque da crise (não apenas resgates, mas sim provisões imediatas de liquidez, dadas pelos Bancos Centrais), constituem parte da explicação da crise de 2008. De mesma forma como se criam “meninos mimados” devido a nunca terem passado pela verdadeira educação, os bancos se tornaram grandes demais para falir, ou seja, ficaram menos cuidadosos porque tinham a noção que na hora “H” seriam resgatados pelos governos para evitarem as falências e o pânico.

Entre os gigantes em dificuldades figuram, para citar alguns, a União de Bancos Suíços, o Deutsche Bank, o Royal Bank of Scotland e os americanos o Bank of America e o

Citygroup, “este último com 200 milhões de contas, 12 mil agências em 107 países e empregando 400 mil trabalhadores” (BRANDÃO, 2010, p. 3).

A crise norte-americana propagou-se quase que instantaneamente pela Europa e pelo resto do mundo devido à capilaridade do mercado financeiro, resultante da internacionalização dos bancos, da cumplicidade na exposição aos riscos, da permuta de capitais acionistas, das garantias colaterais e, sobretudo, da rapidez existente na transmissão de informações.

Em janeiro de 2009, existia uma grande incerteza se os grandes Estados europeus estariam dispostos a suportar os erros ou a negligência de outros Estados que deixaram aumentar o endividamento externo em percentagens do PIB inaceitáveis. Isso levaria à insolvência da UE. Entretanto, tanto o comissário europeu Almunia como o presidente Trichet do Banco Central Europeu (BCE), rejeitaram tais riscos e um maciço estímulo às economias europeias evitou o aprofundamento da recessão, bem como a UE acabou por ajudar a seus membros em apuros (PIGS).

Stiglitz, no entanto, alertou em artigo publicado, que pouco se fez para reparar os fundamentos econômicos. Segundo ele, a oposição do BCE ao que é essencial a todas as economias capitalistas – a reestruturação da dívida de entidades falidas ou insolventes – evidencia a contínua fragilidade do sistema bancário ocidental (STIGLITZ, 2011).

A agência Standard & Poor’s (S&P) que, por incumbência da Comissão, avaliou o mérito e o risco de cada Estado europeu, baixou o *rating* dos PIGS no mercado financeiro, o que significou que haverá menos crédito e este ficará mais caro para esses países. Não se discorda das razões apontadas pela avaliadora, mas esta mesma agência falhou redondamente nas apreciações que fez da insolvente República da Islândia e do falido banco Lehman Brothers, que tinha considerado em excelentes condições.

Paul Krugman disse que o fim da crise está distante e que vão surgir mais escândalos financeiros e mais nacionalizações de bancos. Em artigo do *The New York Times* publicado no *O Globo*, Krugman escreve que o recente rebaixamento dos Títulos do Tesouro americano pela S&P não irá criar dificuldades para os EUA financiarem sua dívida, ou será o vilão da próxima grande recessão. Ele põe a culpa no projeto de poder da extrema direita norte-americana, que estaria preparada “para criar repetidas crises para não ceder um centímetro em suas demandas” (KRUGMAN, 2011). Já o professor José Luiz Fiori¹⁶ acredita que este “impasse da dívida pública”, não deverá se tornar mais importante do que a verdadeira transformação por que passam os norte-americanos: definir novos objetivos e caminhos estratégicos para o futuro da superpotência (FIORI, 2011).

Brandão (2010, p. 8) invoca frases feitas no início da crise do tipo: “É o regresso a Marx”; “É o fim do capitalismo”; “Acabou a hegemonia americana”; “O Estado tem de tomar conta da economia”, como impropérios básicos daqueles analistas imediatistas, ou mesmo de quem não conhece a história das crises econômicas. Ele entende que após qualquer crise, o capitalismo costuma sair renovado e mais forte. Que a resposta a uma crise, seja ela qual for, não é sair do capitalismo e sim melhorar o capitalismo. O autor segue sua afirmação citando que “os princípios da economia social do mercado” é que asseguram “o progresso e a liberdade no mundo ocidental e que, adaptada à China e à Índia, já tirou da pobreza centenas de milhões de seres humanos” (BRANDÃO, 2010, p. 8).

Brandão também cita o presidente Barack Obama, que considera a crise norte-americana devastadora e fala da importância em regular os mercados o quanto antes. Entretanto, reforça as palavras do autor, afirmando que o capitalismo continua a ser uma força determinante para expandir a liberdade e o bem-estar no mundo (BRANDÃO, 2010, p. 8).

¹⁶ Professor titular e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional da UFRJ.

2.4 A dívida e o declínio norte-americano

Nos últimos anos, particularmente após o ano 2000, as despesas do governo dos EUA originaram elevada necessidade de financiamento. Tanto para equilibrar o *déficit* fiscal, quanto para zerar a conta corrente líquida (AVILA, 2009, p. 3). A crise de 2008 prejudicou enormemente as contas do governo norte-americano e sob o prisma financeiro tem sua estabilidade fragilizada perante os demais Estados no mundo. O financiamento do *déficit* norte-americano se dá via endividamento público que, como se percebe pelo gráfico 1, vem acumulando seguidos *déficits*, desde a crise do petróleo da década de 70, com raras exceções.

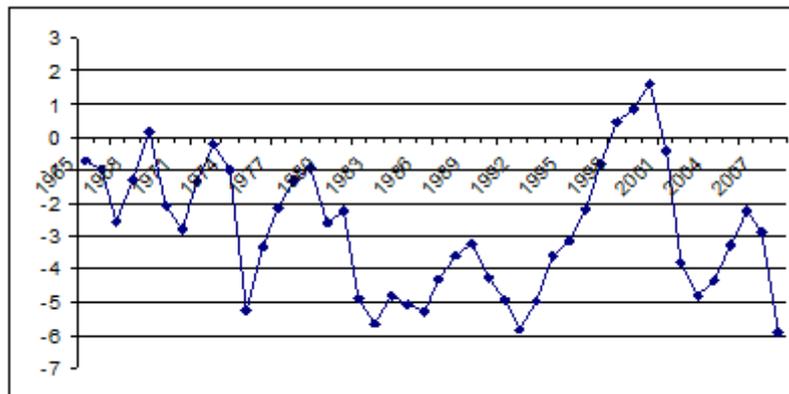


Gráfico 1 - Resultado líquido do governo norte-americano em percentual do Produto Interno Bruto - 1965-2008

Fonte: AVILA, 2009, p. 3.

Em 2008, ainda no governo Bush, foi aprovado no Congresso americano um pacote de US\$ 700 bilhões para resgatar as instituições financeiras fragilizadas pela crise, o que causou protestos por parte do então candidato à presidência dos EUA, Barack Obama (JORNAL ESTADO DE SÃO PAULO, 2008). Mesmo assim, em 2009, foi a vez de o governo de Obama levar à aprovação do Congresso americano outro pacote, de US\$ 787 bilhões, com a finalidade de estimular a economia por meio de investimento, proteção social e isenções fiscais.

É interessante observar o incremento mais consistente da dívida pública americana a partir de 2000, sendo de destaque o ano de 2008, cuja elevação foi de 15,93%, conforme pode ser observado no gráfico 2 (AVILA, 2009, p. 4).

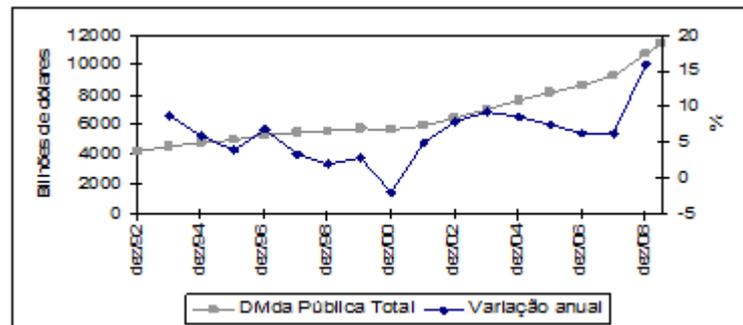


Gráfico 2 - Dívida pública total em bilhões de dólares e variação percentual da dívida dez/1992 - mar/2009

Fonte: AVILA, 2009, p. 4.

Em face aos maiores pacotes da história, o problema do endividamento norte-americano assumiu um caráter explosivo, tornando o país cada vez mais dependente dos demais para fechar suas contas. Avila (2009) cita Perichinsky em seu texto para expor que, entre 2003 e 2007, o mundo financiou os EUA com US\$ 10 trilhões. Parte deste financiamento teve origem nas despesas com os conflitos no Iraque e no Afeganistão, quando o custo para os EUA chegou a US\$ 830,2 bilhões (AVILA, 2009, p. 4).

Apesar destes dados, a relação entre a dívida pública total e o Produto Interno Bruto (PIB) esteve relativamente estável até 2007. Contudo, em 2008, com o início das despesas oriundas da crise, esta relação teve um incremento significativo. Vale acentuar ainda que, em setembro de 2008, antes do auge da crise, a dívida externa bruta atingiu US\$ 13,6 trilhões, ou 95,53% do PIB daquele ano, de acordo com Ávila (2009, p. 4).

Nos quatro últimos anos, a idade da população economicamente ativa cresceu 3%, mas o número de vagas encolheu 5%, o que significa que 6,8 milhões de empregos deixaram de existir no mercado norte-americano nesse período. A taxa de desemprego que era 5% em 2007, agora está em 9%. Com menos empregos, a renda do trabalhador americano cai, e com ela o consumo, motor da economia dos EUA. Essas são evidências de que a economia

americana está de mal a pior. A previsão é de que a dívida federal chegue a 100% do PIB neste ano, algo jamais visto desde a Segunda Guerra Mundial (O GLOBO, 2011a).

Os EUA, economicamente mais fragilizados, passam a ter a necessidade de “repensar” as questões de projeção de poder global. Com gastos militares da ordem de US\$ 698,1 bilhões em 2010, os americanos estão com grande parte de suas FA em duas frentes de batalha – Iraque e Afeganistão – e em diversas missões da ONU em todo o mundo, sem previsão de mudança próxima. A China, que detém US\$ 1 trilhão em títulos do Tesouro norte-americano, disse que os gastos militares dos EUA comprometem a economia internacional, na medida em que eles entrando em recessão, a economia mundial acaba sofrendo as consequências (O GLOBO, 2011). Além disso, os EUA correm o risco de darem um calote de sua dívida, devido a uma disputa política entre o Congresso e o Executivo, e teve a nota de seus títulos do Tesouro rebaixada pela S&P (HAIDAR, 2011): decadência?

Para Fareed Zakaria (2008), estaríamos passando agora pela terceira grande mudança da era moderna, chamada pelo autor de “a ascensão do resto”¹⁷. Em sua análise, Fareed descreve que ao longo das últimas décadas diversos países de todo o mundo vêm experimentando altas taxas de crescimento econômico e aumento do multilateralismo. Esse fato, conjugado ao enfraquecimento norte-americano em diversas áreas de atuação seria decisivo para a equivalência destes a atual superpotência, num futuro próximo.

Os EUA vêm alterando suas funções, outrora especificamente consideradas prerrogativas exclusivas de sua soberania. As funções de regulação econômica estão sendo, em parte, transferidas para organizações internacionais, para espaços regionais organizados e, até mesmo, para atores não estatais.

¹⁷ O autor considera as duas primeiras grandes mudanças como sendo a “ascensão do mundo ocidental”, num processo que começou no século XV e se acelerou no final do século XVIII, e “a ascensão dos Estados Unidos” que aconteceu nos últimos anos do século XIX, respectivamente.

2.5 A vez do Brasil

Diversos outros autores citam os EUA como uma superpotência em decadência¹⁸, tendo reduzida sua capacidade de influenciar diretamente a América do Sul, que a partir dos ataques terroristas às torres gêmeas de Nova York, relegou a um segundo plano. O fato em si, não ocorre apenas por sua vontade, mas, como cita Rafael Moraes e Róber Avila, os EUA estão restringidos de impor sua vontade, “não apenas pelo constrangimento militar, mas fundamentalmente pelas dificuldades econômico-financeiras” (2009, p. 4).

Segundo Wallerstein (2008), as políticas do governo de George W. Bush foram desastrosas para os EUA, na medida em que pretendiam atenuar a redução da influência norte-americana no mundo. Sua estratégia básica seria realizar uma demonstração de força e autonomia para aniquilar e amedrontar inimigos, iniciando com a invasão ao Iraque, com o fim último de “intimidar os demais países e minimizar as tentativas de independência geopolíticas”. Para isso seria necessário que a empreitada fosse rápida e com poucas baixas, mas ocorreu exatamente o contrário, com o viés de demonstrar sua incapacidade em controlar aquele pequeno país até os dias de hoje.

Roubini (2009) acredita que já havia uma mudança em andamento, mesmo antes da crise, no poder econômico global. Segundo ele, as economias grandes em tamanho e população estão crescendo muito rápido. Os BRICS e outros países em desenvolvimento estão em ascensão, além da Europa, que surge como uma união econômica e política. Desta forma, entende que o poder norte-americano já estava em declínio mesmo antes da crise e agora com a recessão de 2008, parece ser o “início do fim do império americano”.

Este mesmo autor é citado na obra de Moraes e Ávila (2009), momento em que destacou a ascensão do Brasil como “líder regional e com maior peso global”, bem como,

¹⁸ Immanuel Wallerstein, Nouriel Roubini, Farred Zackaria entre outros.

acrescentou ao BRIC, a África do Sul (BRICS). Segundo Roubini, os BRICS e os Árabes representam grande parte dos credores dos EUA e apesar de estes terem interesses na recuperação norte-americana, o fato por si já aponta uma vulnerabilidade daquele país, e finaliza declarando ser “patente a perda de influência hegemônica dos EUA advinda dos seus erros geopolíticos e financeiros” (2009, p. 5).

No Brasil e em alguns países ditos emergentes, a recessão durou exatamente dois trimestres. Os juros altos e o aumento da confiança do mercado trouxeram investidores externos para o Brasil, consolidando um perfil de “evolução” política e econômica.

Em março de 2011, em visita ao Estado brasileiro, o Presidente Barack Obama, dos EUA, realizou um discurso do qual diz que os EUA apoiam o “protagonismo” mundial do Brasil e, em última análise, compele para que o país exerça de fato sua liderança no continente sul-americano.

Obama citou que o momento é muito promissor para o Brasil, pois somos a sétima maior economia do mundo, registramos um dos crescimentos mais rápidos do mundo, retiramos centenas de milhares de brasileiros da pobreza e metade da população brasileira é considerada agora classe média. Além disso, temos a capacidade de ajudar outras nações em desenvolvimento. Ele considera que o Brasil deixou de ser o “país do futuro” para ser o “país do presente” e que “apesar das incertezas dos últimos anos, o Brasil se colocou na dianteira como uma potência econômica e financeira” (G1, 2011).

Por todas essas razões, ainda segundo Obama, “os Estados Unidos apoiam a ascensão do Brasil como uma potência global”. Para tal, os EUA procuram trabalhar para que o Brasil tenha papel de mais destaque no G20 e apoia a participação mais expressiva do Brasil em outras instituições como o FMI e o Banco Mundial.

Stiglitz (2011) considera que a grande recessão de 2008 se transformou na Recessão do Atlântico Norte: “são principalmente a Europa e os EUA, não os principais

mercados emergentes, que ficaram atolados em baixo crescimento e alto desemprego” (STIGLITZ, 2011).

Para Edgar Dosman, economista canadense especialista em América Latina e entrevistado pelo O Globo (BATISTA, 2011), os países desenvolvidos irão amargar muitos anos de alto desemprego e diz que a vez agora é dos países emergentes. Segundo Edgar, tal como ocorreu nos anos 30, os acontecimentos devem mudar o paradigma da economia global e prevê “uma nova ordem e mudança nas relações entre países”. Ele considera um bom momento para o Brasil, na ascensão dos preços das *commodities*¹⁹, que deve dar à região uma bonança. Entretanto, alerta para que o país não deva se descuidar de ampliar as condições de produzir com alto valor agregado. Ele acredita que o Brasil corre o risco da desindustrialização e recomenda administrar a situação para evitar a “doença holandesa”²⁰. Finaliza dizendo que a hora é de diversificar, fortalecendo o mercado interno e qualificando mais mão de obra. Dessa forma, considera que o Brasil caminha naturalmente para liderar a América do Sul – é a vez do Brasil!

¹⁹ *Commodities* é uma palavra inglesa que significa mercadoria. Usada como referência aos produtos de base em estado bruto (matérias-primas) ou com pequeno grau de industrialização, de qualidade quase uniforme, produzidos em grandes quantidades e por diferentes produtores. É utilizado nas transações comerciais de produtos de origem primária nas bolsas de mercadorias.

²⁰ Termo que indica o risco de desindustrialização do país, devido à dependência da exportação de *commodities*. Não há provas, entretanto, que isso tenha relação de causa e efeito.

3 O PAPEL BRASILEIRO NO MUNDO DO PONTO DE VISTA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Para que se possa demonstrar qual é o papel exercido pelo Brasil no mundo que o cerca será necessário compreender a dinâmica das Relações Internacionais (RI) contemporâneas e também definir o que se entende por poder.

3.1 O poder nas RI

Alsina Jr. define poder aplicado às RI como sendo uma “relação social”, que pode ser entendida num contexto agente/mandante, ou seja, onde se tem claro quem é alvo do poder (agente) e quem o está exercendo (mandante). Analisando uma definição literal, pode-se dizer que o poder está relacionado a ter “a possibilidade de”, ou “ter autorização para”, “ter força física ou moral” e “ter domínio sobre”. No plano das RI pode-se “encarar o poder como capacidade que gera efeitos no plano das relações sociais” (2009, pp. 18-19).

Assim, pode-se admitir que o poder de um mandante seja tanto maior, quanto a sua capacidade de limitar a margem de escolha de um agente, ou de convencer o mesmo de que é de seu próprio interesse tomar determinada atitude. Alsina vai mais além, dizendo que o poder em si nem sempre será palpável, mas sim percebido pelo agente, trazendo consequências em suas ações.

O poder legítimo não raro é encarado como algo distinto do próprio poder – frequentemente identificado com sua dimensão coercitiva –, o que o torna extremamente eficaz. A eficácia da influência derivada da persuasão funda-se, então, em sua identificação não com a força ou a manipulação, mas com percepções e valores caros ao agente. Deve-se salientar, contudo, que, no mundo real, as influências corretiva e persuasiva são complementares. Não há poder fundamentado em apenas uma delas. (ALSINA Jr., 2009, p. 21)

Joseph Nye reforça a teoria de Alsina com considerações a respeito de que a dimensão material do poder não é decisiva, devendo coadunar esforços também na dimensão ideológica. Em artigo publicado no periódico *Public Affairs*, o autor classifica o poder em *Soft*

power e *Hard power* e afirma que esses poderes não são excludentes: “o poder ‘inteligente’ não é *hard* nem *soft*. Ele é os dois ao mesmo tempo” (NYE Jr., 2004, p. XIII).

3.2 Poder militar

Robert J. Art, citado em Alsina (2009, pp. 23-24), empreende um esforço no sentido de definir as funções do poder militar, estando estas subdivididas em quatro: defesa, dissuasão, coerção e “mostrar bandeira”. Ele considera que a defesa e a coerção envolvem o emprego direto das FA, mas que a segunda poderá não se utilizar da força física, desde que o alvo da coerção entenda por bem ceder aos desígnios daquele que o coage. Já a dissuasão (que quando falha se transforma em defesa) e o mostrar bandeira, embora não se utilizem diretamente da força, suas credibilidades estão pautadas na projeção que o dito poder militar seja percebido por outrem.

Ao definir o poder militar propriamente dito, Art separa, momentaneamente, o material bélico do poder e passa a empregá-lo na metáfora do campo gravitacional para descrever a influência das FA: ambas são invisíveis, mas possuem a capacidade de afetar tudo que se encontra ao seu redor.

Embora reconheça que o poder militar e o material bélico estão ligados de maneira indissociável, “não se conhecendo poder militar que não esteja ancorado em *hardware*”, a metáfora em tela visa a evidenciar que o poder militar não é somente utilizável para fins bélicos, podendo ser definido como um dos pilares da influência corretiva do poder. Baseado na força, é passível de ser utilizado tanto de forma direta (violência física) quanto indireta (meios não violentos). Em sua versão indireta, aproxima-se da influência persuasiva, embora se diferencie dela, sobretudo por utilizar instrumentos diferentes: o poder militar necessita de uma base material, ao passo que a persuasão levada a cabo é, antes de tudo, uma discussão ideológica (discursiva). Ademais, o poder militar, enquanto pilar da influência

corretiva constitui elemento indissociável do poder *lato sensu*, não podendo ser separado do conceito em seu sentido mais amplo.

3.3 A dinâmica das RI

A busca do reconhecimento, aproximação e delimitação entre unidades políticas é realizada por meio da projeção externa dos Estados. Sua vontade só é limitada pela vontade de outro soberano – de maneira inequívoca e forte – e dos consensos admitidos pelas unidades políticas (SAINT-PIERRE, 2010, p. 4). Esta é a essência do poder nas RI e que desemboca na dinâmica das mesmas, na qual os Estados são percebidos por outros de forma heterogênea e procuram estabelecer acordos, cooperação e alianças com seus amigos e isolar e combater seus inimigos.

Esse exercício político entre as unidades decisórias estrutura as “correlações de forças” que estabelecem a **polaridade de forças**²¹, uma das principais características do subsistema internacional para Raymond Aron²². O mútuo reconhecimento e delimitação entre as unidades políticas (o *nomos*²³ da terra, enquanto divisão e repartição territorial) configura a ordem internacional, não uma ordem normativa, mas a ordem factual das forças ou o consenso que resulta do reconhecimento das mesmas (SAINT-PIERRE, 2010, p. 4).

Para Saint-Pierre, a política externa de uma unidade decisória se expressa com dois instrumentos específicos (não os únicos): a estratégia e a diplomacia. Estes instrumentos são próprios dos Estados para manifestar e defender externamente suas decisões. Dessa forma, Saint-Pierre afirma a política externa está um nível acima da diplomacia e da estratégia (defesa). Considera também que:

Não é o Ministério de Relações Exteriores quem formula a política externa de uma unidade decisória, mas quem a executa pelos meios diplomáticos. Tampouco é o Ministério de Defesa quem a formula, mais quem dispõe dos meios para executar a

²¹ Grifo nosso.

²² ARON, Raymond. “Que é uma Teoria das Relações internacionais?” in Estudos Políticos. Brasília:UnB, 1972. Especialmente p. 383 (SAINT-PIERRE, 2010, p. 4).

²³ Como poucas vezes na história da humanidade, hoje vemos como o consenso internacional obedece a vontade de alguém (“o *nomos* é obedecer a vontade de alguém” – dizia Heráclito), a realização empírica da expressão “a força normativa do fático”, isto é, a prevalência da vontade do mais forte (SAINT-PIERRE, 2010, p. 4).

política externa caso sejam necessários. Ambos são instrumentos estatais a serviço do governo eleito, este sim, único e legítimo formulador da política externa.

Política externa de um Estado é para Saint-Pierre (2010, p. 4), a projeção de poder daquele no tabuleiro internacional. Assim sendo, fazendo analogia a Joseph Nye, é coerente pensar que a política externa exercida por uma unidade política está igualmente exercida pelo *soft* e o *hard power* do estado de direito.

3.4 Polaridade no mundo atual

Richard Haass, em artigo para o periódico *Public Affair* intitulado “*The Age of Nonpolarity: What will follow U.S. Dominance*” (2008), constata que o mundo se encaminha para a “apolaridade”, quando não haverá Estado-nação que domine de forma uníssona e incontestável o Globo, como atualmente. Isso pressupõe a decadência do mundo unipolar, que considera o predomínio dos EUA como superpotência incontestável.

A teoria de Haass baseia-se na evidência de que os EUA enfrentam problemas em sua economia, têm o valor de sua moeda em constante queda e estão cada vez mais dependentes de outros Estados para financiarem sua dívida. Segundo Haass, o poder perderá a concentração e se tornará mais difuso, com outros Estados em ascensão e até mesmo atores não estatais superando alguns Estados. O autor dá indícios de ser partidário da opinião de que o Estado pode acabar como ente fundamental das relações internacionais, com a exclusividade da atuação dos Estados-nação declinando na medida em que os atores não estatais adquirem mais poder.

Esta também é a opinião de Fareed Zakaria (2008), que atesta “o afastamento do poder dos Estados-nações, para cima, para baixo e para os lados, com as aplicações tradicionais do poder nacional, tanto econômicas quanto militares, menos eficazes”.

Tal fato poderá ser real para algumas áreas de atuação; contudo, não se visualiza a existência de um ente do direito internacional público que consiga reunir, sob sua autoridade, todas as forças do poder nacional (política, econômica, militar, psicossocial e de ciência e tecnologia) que não seja o Estado. A extrema importância que alguns entes possuem em certos campos do poder não pode ser confundida com a possibilidade de atuar, mesmo que debilmente, como fazem alguns países, em todas as áreas citadas.

Haass também considera que o comportamento dos EUA não tem comprometido os interesses vitais das principais potências que podem, assim, se manter em atitude de não confrontação. Ainda nessa ótica, as trocas comerciais fizeram com que as maiores potências dependam da estabilidade do Sistema Internacional para a manutenção de seu bem-estar econômico e de sua estabilidade política, criando o que Joseph Nye chama de Interdependência Complexa²⁴.

A noção de que o mundo será apolar apresentada por Haass aparenta estar originada na maneira de ver um sistema internacional multipolar. Pode-se indicar que o mundo se aproxima de um novo período de multipolaridade, com características novas, mas ainda multipolar. Tal cenário é visto como oportuno para o Brasil.

Essa diferente maneira de ver se assemelha às divergências a respeito da atual hegemonia dos EUA. Fica o questionamento se o curto período em que essa hegemonia vigorou não representou, na realidade, a falta de hegemonia em todos os campos.

Na inter-relação de polaridade e identidade, Alsina (2009, pp. 28-37), desenvolve uma tipologia em que são diferenciados três tipos de Estados: superpotência, grandes potências e potências regionais. Considera a primeira com “interesses globais multifacetados e [...] capazes de defendê-los das mais variadas maneiras, em qualquer parte do mundo,

²⁴ Joseph Nye (2002, pp. 223-257) define Interdependência Complexa como sendo as situações nas quais atores ou acontecimentos em diferentes partes de um sistema afetam uns aos outros, provocando diversos níveis de dependência mútua.

sobretudo por meios ideológicos, políticos militares e/ou econômicos” (ALSINA Jr., 2009, pp. 28-29). Tem por fim um peso decisivo na conformação da ordem mundial.

As grandes potências já não teriam alcance verdadeiramente global, mas seriam percebidas por outros Estados como candidatas a superpotência ou mesmo uma superpotência em declínio. Finalmente, as potências regionais são Estados que não exercem papel sistêmico relevante, mas possuem capacidade para manter um equilíbrio de uma determinada região

Nesse sentido, Alsina afirma haver uma clara distribuição de polos pós Guerra Fria, num esquema 1 + 4, em que os EUA seriam a superpotência e UE, Japão, China e Rússia, grandes potências. Percebe-se, no entanto, que os EUA estão longe de ter condições de dominar todos os tabuleiros diplomáticos no mundo.

Se no plano militar o poder norte-americano é incontestável, o mesmo não ocorreria, por exemplo, no plano econômico. Apesar desse fato, o grande trunfo de Washington residiria em sua capacidade de persuasão. (ALSINA Jr., 2009, p. 31)

Seguem-se hipóteses sobre várias conformações possíveis, chegando-se à conclusão de que o esquema de força no futuro será provavelmente um esquema 1 + X, no qual haveria mais Estados atingindo a categoria de grandes potências. Conclui, ainda, que “o esquema 0 + X somente teria viabilidade se estivesse fundamentado em uma retirada voluntária norte-americana” (ALSINA Jr., 2009, p. 37).

Desta feita, reforça-se o conceito de que o mundo caminha para a multipolaridade, na medida em que teremos uma superpotência ainda com grande capacidade persuasiva, mas dependente mutuamente de grupos fortes e de outras nações, além de ter a necessidade de negociar.

3.5 A inserção brasileira no entorno sul-americano e mundial

Para o diplomata Paulo Roberto de Almeida, o Brasil há muito escolheu um caminho diverso da escola realista²⁵ e tem sido seguidamente deixado em segundo plano no contexto mundial, tendo negadas as suas aspirações quanto a um assento permanente no CSNU, ou quanto a um papel de relevância e de influência nos processos globais. Mesmo assim considera legítima a possibilidade de o País conseguir obter influência decisiva por meio de uma “política externa independente” (2007, p. 11).

A afirmação autônoma do Brasil no mundo deve se dar, sobretudo, através do reforço dos foros e modalidades próprias ao sistema multilateral, através do qual o Brasil, dotado de reduzida capacidade de projeção externa (em termos militares ou financeiros) poderia exercer maior influência nos processos globais (ALMEIDA, 2007, p. 11).

O Brasil é considerado, nas RI, como um País periférico, uma “Potência Regional” (ALSINA Jr., 2009, pp. 28-29), que atua essencialmente em seu entorno estratégico compreendido pela América do Sul, Atlântico Sul e países africanos banhados por este.

Ao assumir a presidência, em 2003, Luiz Inácio Lula da Silva reafirmou a “clara opção (do Brasil) pelo multilateralismo”; a manutenção das “excelentes relações políticas, econômicas e comerciais com as grandes potências mundiais”; e confirmou a prioridade de seu governo em reforçar os “laços com o Sul do mundo” por meio da Cooperação Sul-Sul (CSS), em especial com a África, descrita como “um berço da civilização brasileira” (ALMEIDA, 2007, pp. 9-10). Na ocasião, Lula ainda enfatizou a associação da política externa brasileira ao “entorno sul-americano”, por meio de ações econômicas, políticas e sociais no continente, bem como, ao Mercosul e à Comunidade Sul-Americana das Nações (que se transformou em UNASUL, União das Nações Sul-Americanas, em reunião na Venezuela, em 2007).

²⁵ A escola realista considera a política externa indissociável da política de defesa. Ver Alsina Jr. (2009).

Em seu primeiro mandato, Lula chegou mesmo a falar em “diplomacia da generosidade”, quando recomendou a importadores nacionais que comprassem mais dos países vizinhos, mesmo que a preços desvantajosos, como forma de equilibrar os fluxos de comércio e contribuir para a prosperidade comum da região (ALMEIDA, 2007, p. 8). Em seu segundo mandato, iniciado em 2007, passou a dar mais ênfase no envolvimento do Estado brasileiro na agenda sul-americana. Destaca-se duas dimensões-chave da soberania nacional; a proteção dos interesses econômicos, sejam eles privados ou estatais; e a reconfiguração de uma política de segurança com impacto regional (HIRST, 2009, p. 6).

Almeida faz um histórico em que lideranças brasileiras tiveram a pretensão de colocar o País em uma posição de maior importância no cenário internacional, desde a criação da Liga das Nações, em 1919. Segundo o autor, tal objetivo teria sido seguidamente frustrado por uma série de recorrentes crises econômicas e financeiras enfrentadas pelo Brasil, bem como pela carência de sua capacidade militar. O autor condena a postura “terceiro-mundista”²⁶ e o extremo conservadorismo comercial adotado pelos governos brasileiros até o final dos anos 80.

Maria Regina S. de Lima vai mais além ao afirmar em seu artigo que apesar de sua ambição internacional, desde a sua independência, o Brasil renunciou a qualquer ambição militar regional a partir da implantação da República. Segundo a autora, a diplomacia e a defesa teriam tomado rumos paralelos a partir de então: as políticas de defesa visariam a securitização interna do país, enquanto a diplomacia se encarregaria, sozinha, da política exterior, sem o respaldo daquela (LIMA, 2010).

Almeida considera que esse *modus operandi* das relações exteriores do Brasil começou a ser alterado com o presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992), que “dizia

²⁶ Relativo a um padrão conservador que considera o Brasil como o eterno “país em desenvolvimento”, que possui limitações intrínsecas expostas à comunidade internacional.

preferir ver o Brasil assumir o lugar de ‘último dos países desenvolvidos’, a vê-lo como ‘primeiro dos países subdesenvolvidos’” (ALMEIDA, 2007, p. 5).

A presidência de Itamar Franco (1992-1994) abandonou a dimensão geográfica da “América Latina” e passou a dar ênfase ao conceito de “América do Sul”. Tal conceito teve como objetivo aproximar o país da realização de acordos de associação ou de liberação comercial entre o Mercosul e todos os vizinhos da América do Sul. O presidente Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), FHC, manteve essa política e ainda promoveu notáveis reformas econômicas, com importantes emendas constitucionais que abriram o caminho para que a economia brasileira entrasse de vez na globalização²⁷.

FHC conseguiu de fato expor nosso país ao cenário mundial, em grande medida pela facilidade de trânsito que possuía em diversos fóruns internacionais. Sua formação acadêmica de sociólogo e diplomata poliglota facilitou o estreito contato com vários líderes socialdemocratas como Bill Clinton dos EUA e Tony Blair, primeiro ministro do Reino Unido. “Essa aproximação traduziu-se numa espécie de parceria informal entre FHC e o presidente americano, inclinado a ver o Brasil assumir um papel mais importante nos conflitos regionais” (ALMEIDA, 2007, p. 6).

O projeto de governo do presidente Lula (2002-2010) inovou na medida em que orientou suas políticas a uma espécie de “diplomacia do desenvolvimento”²⁸, na qual haveria uma “mudança nas relações de força” e uma integração soberana na economia mundial. Essa postura foi expressa em reiteradas declarações a respeito do reforço ao multilateralismo, em oposição ao que seria o unilateralismo da potência hegemônica, apontando como um

²⁷ A globalização, *lato sensu*, pode ser definida como um processo social dinâmico de transformação de fenômenos locais em globais, com dimensões econômico-financeiras, industriais, políticas, culturais, ambientais e tecnológicos. Especificamente, no que diz respeito à área econômico-financeira, onde o termo é comumente utilizado, é definida como sendo a crescente integração e interdependência das economias dos países por intermédio da redução de barreiras e tarifas, facilitando o comércio, o acesso aos mercados e os fluxos de capital, investimentos, bens e serviços.

²⁸ Da obra de Rubens Ricupero, “A Diplomacia do Desenvolvimento” in Paulo Roberto de Almeida. *O Brasil como ator regional e como emergente global*, 2007, p. 11.

instrumento essencial na obtenção de uma “mudança na relação de forças” e na criação de uma “nova geografia comercial internacional” (ALMEIDA, 2007, p. 12).

O autor norte-americano Gideon Rachman escreveu um artigo para o periódico *Foreign Policy*, em janeiro de 2011, sob o título de “*Think Again: American Decline*”, no qual cita a Índia, o Brasil e a Turquia como “novos poderes em ascensão”, indicando que cada um tem suas próprias preferências de política externa, que coletivamente restringem a capacidade dos EUA em moldar o mundo segundo seus interesses. Ele cita a forma como a Índia e o Brasil ficaram do lado da China nas negociações a respeito das mudanças climáticas globais, ou a respeito dos votos por parte da Turquia e do Brasil contra os Estados Unidos na Organização das Nações Unidas sobre as sanções contra o Irã. Ele acredita, por fim, que esta seria apenas uma amostra do que estaria por vir, como uma tendência sem volta e que os EUA devem se preparar para enfrentar (RACHMAN, 2011).

A “insubordinação” dos governos da América do Sul constituiu um claro sinal de crise da liderança norte-americana na região, devido, principalmente, ao mau uso de recursos de poder e de equivocadas prioridades estratégicas por parte dos EUA. Esse seria um processo chamado de “sobre-extensão imperial”, no qual os EUA teriam passado a privilegiar, de forma exagerada, políticas apoiadas em seu poderio militar, durante o governo Bush. (HIRST, 2009, p. 1)

A utilização de políticas preventivas unilaterais dos norte-americanos passou a causar apreensão e sentimentos antiamericanos na América Latina. Aproveitando-se do relativo declínio da atuação da superpotência na região, o governo Lula passou a adotar uma política de parcerias estratégico-comerciais com a vizinhança sul-americana, que aliada à política econômica do governo, têm permitido afiançar o Brasil como um poder regional no sistema internacional. As mudanças geopolíticas ocorridas em 2008 pressupõem um reforço nas aspirações de poder do Estado brasileiro, que, no entender de Alsina, carece ainda de FA

capazes de projetarem poder ou constituírem “influência corretiva” (ALSINA Jr., 2009, p. 26).

Limitada ao norte pela presença avassaladora dos EUA (e a influência decisiva sobre a América Central), ao sul pela Antártida, a leste pelo Atlântico e a oeste pelo Pacífico, a América do Sul não possui densidade de poder suficiente para perturbar o balanço estratégico global. Sobretudo tendo em vista o fato de que sua principal potência (Brasil) é um ator pouco importante do ponto de vista militar (ALSINA Jr., 2009, p. 57).

O Brasil é detentor da maior economia no Continente, da maior base industrial, da maior população e dos maiores recursos naturais, mas mantém um perfil militar baixo, que não o distingue dos demais Estados da região. Essa talvez seja uma explicação para o baixo nível de conflito na região sul-americana, nos últimos 60 anos – o equilíbrio relativo de forças.

Como dito anteriormente, a política externa norte-americana atribui baixa prioridade ao seu relacionamento com o subcontinente, devido ao reduzido peso relativo da América do Sul em termos político-militares e econômicos. O fato de a grande maioria de matérias-primas (inclusive o pré-sal) e das terras agricultáveis estarem localizados no hemisfério sul pode vir a expor o Brasil e as demais nações sul-americanas a pressões por parte de países mais poderosos.

4 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E A DEFESA

As FA são um dos elementos tradicionais de mensuração do poder no plano internacional (ALSINA Jr., 2009, pp. 11-15). Entretanto, a política externa e de defesa do Brasil têm se caracterizado por grande cautela quanto à afirmação de aspirações à liderança ou hegemonia, de forma a antagonizar o menos possível nações vizinhas.

Foi este o caso na resolução do impasse entre o Brasil e a Bolívia (2005), quando o presidente Evo Morales (Bolívia) decidiu nacionalizar as instalações da Petrobras naquele país. Da mesma forma, quando ocorreu a quebra de contrato com a empresa brasileira Odebrecht no Equador (2006), alegando erro de projeto em barragens, e nas reivindicações do governo de Fernando Lugo do Paraguai de renegociar os termos do tratado de Itaipu. Em todos esses episódios, o governo brasileiro procurou flexibilizar suas posturas e buscou soluções políticas que superassem os desentendimentos, de forma a não impor “assimetrias estruturais”.

Em outras palavras, o governo brasileiro cedeu aos desígnios estrangeiros no Continente, numa postura “*soft*”, visando a obter vantagens intrínsecas no tabuleiro internacional, como detentor de uma política externa de não confrontação e de grande capacidade mediática, para tornar-se, assim, ator de relevância internacional.

Em um artigo publicado para o *Observatório Político Sul-Americano* constata-se uma política exterior proativa e pragmática nos últimos anos do governo Lula. Conduzida num ambiente doméstico e internacional complexo, a política externa brasileira é fruto de coalizões de interesses de atores domésticos e internacionais com variada capacidade de influência (HIRST; LIMA; PINHEIRO, 2010, p. 2).

4.1 A opção pelo multilateralismo e o *soft power*

Os autores consideram que a defesa do multilateralismo universal tem sido um dos temas mais perenes da política externa brasileira. Isso tem reflexos na sua capacidade de influência em diversas questões globais, coadunando com a informação levada a cabo pelo diplomata Paulo Roberto de Almeida, de que o país teria deixado o acanhado posicionamento “terceiro-mundista” em prol de um diálogo de parcerias globais.

Citam exemplos de ações ofensivas brasileiras, contrárias das do passado, quando o país só tinha interesses defensivos, pela liberação agrícola e na criação do G20 no âmbito da rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), bem como o anúncio de metas voluntárias de redução das emissões de Carbono na reunião de Copenhague em 2009, em contraste à postura adotada em Kyoto, em 1992 (2010, p. 7). Nesses episódios o Brasil articulou a construção de uma coalizão política em torno dos interesses nacionais, com países como a Índia, África do Sul e China, entre outros.

No sistema de segurança coletiva, o Brasil que já havia sido participante ativo no Conselho de Segurança da ONU²⁹, onde esteve ausente por mais de 20 anos, voltou a ser eleito membro não permanente do CSNU, após aceitar a participar de missões de paz impositivas, com base no capítulo VII da Carta da ONU (MINUSTAH, Haiti 2004).

No contexto global o país tem participado nas negociações financeiras internacionais no âmbito do G20 financeiro, atuando coordenado com os BRICS, no avanço de uma agenda que inclui a questão da reforma institucional e revisão das cotas do Fundo Monetário Internacional (FMI), principalmente após a crise financeira e econômica de 2008 (HIRST; LIMA; PINHEIRO, 2010, p. 7).

²⁹ O Brasil foi eleito 10 vezes membro não permanente do CSNU entre 1945 e 2009 (fonte: Ministério das Relações Exteriores).

A despeito do sucesso obtido por meio da política externa nacional pautada na moderação, enfatiza-se a necessidade de mobilizar as FA com a estatura crível que respalde a diplomacia, como exposto por Alsina:

[...] a preponderância da diplomacia sobre as forças armadas, no Brasil, resulta da conjunção de uma identidade conciliatória com a persistência de um arranjo de polaridade específico em que falta à potência regional capacidade efetiva de projeção multidimensional de poder. (ALSINA Jr., 2009, p. 60)

Em relação à tradição conciliatória da política externa brasileira, o autor menciona que esta derivaria de uma consciente “debilidade nacional em relação aos países desenvolvidos” e à equivalência em relação aos países limítrofes. Isto daria ao Estado brasileiro o “trunfo” de evitar pretensões intervencionistas por parte das principais potências mundiais e uma tranquilidade dos Estados fronteiriços de não se sentirem ameaçados pelo Brasil. Assim, o autor considera que a moderação da política externa brasileira é que efetivamente influencia “a baixa prioridade atribuída ao fortalecimento da capacidade de defesa nacional”. (ALSINA Jr., 2009, pp. 60-61)

Maria Regina (2010, p. 415) reconhece o ativo formidável do *soft power*³⁰ brasileiro como país de reconhecida mobilidade internacional e emergência mundial, capaz de forjar consensos internacionais. Enfatiza, no entanto, a necessidade da definição política do Estado, para que haja maior articulação entre a diplomacia e a defesa na política externa nacional. Cita o exemplo do *overstretch*³¹ imperialista dos EUA após o 11 de setembro, quando este exagerou em sua política unipolar, causando a perda relativa de sua hegemonia na América do Sul e a consequente autonomia da região; e conclui que o Brasil corre o risco de um *overstretch* no uso do *soft power*, no qual a ausência de capacidade dissuasória

³⁰ Ausência de poder militar (dito poder “duro”, *hard power*). O poder “brando” (*soft power*) baseia-se, essencialmente, em elementos simbólicos e discursivos.

³¹ Termo em inglês que se refere à utilização além dos limites (sobre-extensão) dos ativos de poder de um determinado país.

convencional consistente, poderia determinar um decréscimo no poder de barganha internacional da política externa brasileira no futuro.

4.2 Reencontro entre a diplomacia e a defesa na consecução da política externa

Duas iniciativas que tornaram pública a mudança do paradigma da política externa brasileira nos tempos recentes foram a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) e a elaboração da Estratégia Nacional de Defesa (END), em dezembro de 2008.

O CDS busca fomentar cooperação e coordenação de políticas e experiências em defesa e segurança entre os países que compõem a UNASUL, mas não é uma aliança militar convencional como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Entre os assuntos tratados estão:

- a) a elaboração de políticas de defesa conjunta;
- b) administração de crise e resolução de conflitos;
- c) atuação da região em **operações de paz das Nações Unidas**³²;
- d) troca de análises sobre os cenários mundiais de defesa e integração de bases industriais de material bélico;
- e) medidas de fomento de confiança recíproca;
- f) ajuda coordenada em zonas de desastres naturais, entre outros (TEIXEIRA JÚNIOR, 2010).

A END foi elaborada focada nas ações estratégicas de médio e longo prazos e como forma de modernizar a estrutura nacional de defesa. O documento produzido é baseado em três eixos estruturantes:

- a) reorganização das FA;
- b) reestruturação da indústria brasileira de material de defesa;

³² Grifo nosso.

c) política de composição dos efetivos das FA.

A END reafirma a necessidade de se modernizarem as FA, trazendo consigo o arrasto tecnológico essencial para a Estratégia Nacional de Desenvolvimento (BRASIL, 2008). Enfatiza o fortalecimento de três setores de importância estratégica: o espacial, o cibernético e o nuclear. Dentre outras diretrizes, determina que se deva:

- a) priorizar a região amazônica;
- b) preparar as Forças Armadas **para desempenharem responsabilidades crescentes em operações de manutenção da paz**³³;
- c) adensar a presença de unidades do Exército, da Marinha e da Força Aérea nas fronteiras;
- d) manter o Serviço Militar Obrigatório;
- e) desenvolver o potencial de mobilização militar e nacional para assegurar a capacidade dissuasória e operacional das Forças Armadas.

A END constitui, assim, documento inovador na formulação estratégica do Brasil.

No entender de Maria Regina (2010, p. 408), as operações de paz têm potencial para “induzir uma trajetória mais cooperativa entre a diplomacia e a defesa”. Ainda segundo Maria Regina:

[...] foi importante que a explicação inédita de uma estratégia integrada de política internacional tenha sido concomitante com a constituição do CDS em vista do temor que a emergência brasileira provoca nos vizinhos, em particular a Argentina (LIMA, 2010, p. 410).

Poucas vezes em sua história o Brasil manifestou seus propósitos de defesa na política externa com a consistência e completude atual. Tanto o CDS quanto a END são indicativos de um novo rumo na condução da política externa brasileira: ambos impactam diretamente a percepção dos países vizinhos e da sociedade internacional (SAINT-PIERRE, 2010, p. 8).

³³ Grifo nosso.

De acordo com Saint-Pierre (2010, pp. 8-9), a “projeção de poder” a que se refere a END, é um conceito da época do regime militar brasileiro da década de 70, que está sendo reativado. O Brasil tem sido ultimamente reconhecido por sua eficiência diplomática e seus bons ofícios no ambiente internacional, particularmente o regional. Vinha sendo decisiva a participação enfática da “diplomacia presidencial” levada a cabo por Lula. Neste caso, pode-se concluir que a “projeção de poder” poderia ser lida como “*soft power*” através do qual o Brasil se destaca nos vários cenários internacionais pelos que transita. Não obstante, na END, a referência a “projeção de poder” aparece fundamentalmente quando se fala da Marinha e do poderio naval, incluídos aí a aquisição de meios de superfície e submarinos nucleares brasileiros. Aqui este conceito fica inequivocamente associado à força: “a projeção de poder se subordina, hierarquicamente, à negação do uso do mar” (BRASIL, 2008, p. 12). A “negação do uso do mar” na passagem citada se refere às Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), nas quais se encontra nossa Amazônia Azul, com plataformas petrolíferas de águas profundas, ilhas e arquipélagos, portos e vias de comunicação marítima. Não obstante, mais adiante, ao tratar das hipóteses de emprego da força, quando especifica as capacidades desejadas para as FA, aponta expressamente a capacidade de “projeção de poder nas áreas de interesse estratégico”.

Neste momento, o MD vem promovendo um amplo debate na sociedade civil, com a participação de diplomatas, militares e acadêmicos, para o estabelecimento de ideias e ações que visem à consecução de metas para política de defesa do Estado brasileiro. Deste debate pretende-se elaborar o Livro Branco de Defesa (LBD)³⁴.

O LBD será um documento público, no qual será descrito o contexto amplo da política e estratégia para o planejamento da defesa, com uma perspectiva de médio e longo prazos. Por meio dele os interessados em assuntos de Defesa poderão, em uma única

³⁴ Decreto nº 7.438, de 11 de fevereiro de 2011 - Estabelece princípios e diretrizes para criação e elaboração do Livro Branco de Defesa Nacional.

publicação, ter acesso a dados sobre estratégia, planejamento plurianual e orçamento das Forças Armadas.

Por fim, a participação em operações de paz, juntamente com a formulação da atual END e do LBD, no futuro, estimulam a prestação de contas da política de defesa, junto à sociedade civil brasileira, bem como representam iniciativas que possuem potencial para induzir a aproximação entre a diplomacia e a defesa, dando legitimidade à função pública da defesa.

5 ALTERAÇÃO NA GEOPOLÍTICA E AS OPORTUNIDADES

Falei, em minha Introdução de “vácuo de poder” deixado pelos EUA no continente sul-americano. Mas como poderia isso estar ocorrendo? Os EUA gastaram muito dinheiro com as guerras do Iraque e do Afeganistão. A recessão de 2008 desgastou demais a economia norte-americana, ao ponto em que o governo precisou socorrer bancos e instituições financeiras, causando um rombo ainda maior em suas contas. Sua prioridade imediata passou a ser equilibrar financeiramente sua economia. Isto acabou criando a percepção que os EUA passam por uma perda gradual de seu poder em diversos pontos do planeta, por estarem negligenciando sua influência.

Hoje, os norte-americanos continuam vivenciando graves problemas econômicos e uma recessão que insiste em não ir embora. A popularidade de seu presidente caindo na medida em que aumentam os desempregados em todo o país e o bem-estar do cidadão americano diminui junto com sua renda. As guerras levadas a cabo no Oriente Médio e a ausência de conflitos no continente sul-americano, permitiram, naturalmente, que os EUA passassem a negligenciar e dar baixa prioridade aos assuntos relacionados ao Atlântico Sul e seu entorno.

Tais observações me levam a considerar como uma oportunidade para o Brasil, que vem seguidamente sendo convidado pelos norte-americanos a assumir uma projeção de poder regional.

O “vácuo de poder” tem permitido ao Brasil projetar-se como um ator de influência no apoio ao desenvolvimento de países de renda média latino-americanos, asiáticos e africanos, num esforço de motivações de política externa com capacidade para atender demandas de assistência técnica específicas. A tais políticas se dá nome de Cooperação Sul-Sul (CSS) e têm como pretensão alterar a lógica outrora vigente de assistência Norte-Sul (HIRST; LIMA; PINHEIRO, 2010, p. 12).

Assumir o papel de uma potência regional gerou demandas sem precedentes ao governo brasileiro que passou, desde então, a desempenhar o papel de mediador em contextos de crises locais e de forma cada vez mais independente (à margem dos ideais norte-americanos), como na Venezuela (2003), na Bolívia (2003 e 2006), no Equador (2004), em Honduras (2009) e no Haiti (2003) (HIRST; LIMA; PINHEIRO, 2010, p. 8). Apesar da destacada convergência no diálogo Brasília-Washington, como na decisão do Brasil em assumir o comando militar da MINUSTAH no Haiti, e em temas energéticos relativos à cooperação nos biocombustíveis, houve desencontros políticos também. Este foi o caso do golpe de Estado em Honduras, a ajuda brasileira na reincorporação de Cuba a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a negativa brasileira de apoiar a imposição de sanções ao Irã, como membro não permanente do CSNU.

Para Rafael Moraes e Róber Avila (2009, pp. 6-10) a resposta à nova geopolítica é a integração sul-americana. A percepção dos autores é de que “nenhum país da América do Sul, ou melhor, da América Latina tem condições de enfrentar a nova ordem multipolar que se desenha, solitariamente”. Eles citam o caso de sucesso da UE, que se tornou um bloco com aspirações de grande potência. Nesse sentido, exaltam a criação da UNASUL (União das Nações Sul-Americanas) “e sua atuação decisiva na resolução de conflito interno na Bolívia, posicionando-se do lado do governo eleito constitucionalmente”, num raro exemplo em que a América do Sul resolveu uma questão interna sem a interferência norte-americana.

Desde a década de 90, a diplomacia brasileira tem arregimentado esforços no sentido de adensar sua presença na África, identificado por Mônica Hirst como “a terceira onda de interesse do Brasil pela África” (2010, p. 9). Em 1994, a Marinha do Brasil (MB) assinou um Acordo de Cooperação Naval entre o Brasil e a Namíbia (ACBN). Por meio desse acordo, mais de 500 militares namibianos foram treinados pela MB, que também doou a Corveta “Purus”, vendeu um Navio Patrulha Classe “Grajáú” e duas lanchas-patrulhas para

aquele país. Além disso, realizou o levantamento da plataforma continental namibiana, estabeleceu vários Grupos de Apoio Técnicos tanto para apoio direto na manutenção dos meios fornecidos, como para assessoramento de Estado-Maior e ajudou na criação do Corpo de Fuzileiros Navais da Namíbia (CFN-Nam). Ressalta-se que a despeito das pressões, este é único programa de assistência militar a permanecer sob a liderança de um mesmo país desde a independência da Namíbia (MOURA NETO, 2011).

Essa semente desencadeou diversas outras parcerias comerciais a partir do ano 2000, especialmente com Nigéria, Angola, Argélia e África do Sul. Desde 2003 foram inauguradas 16 novas embaixadas, incluindo a da Namíbia em 2006.

O interesse pela comunidade africana esteve também associado a motivações propriamente políticas em vista dos interesses do Brasil no tabuleiro mundial, em especial o de promover uma reformulação da estrutura decisória das Nações Unidas. De fato, a aspiração por um lugar no Conselho de Segurança reforçou o diálogo com as nações africanas e levou a diplomacia brasileira a buscar explicitamente o apoio à candidatura do país. (HIRST; LIMA; PINHEIRO, 2010, p. 10)

Os vínculos do Brasil com a América do Sul e a África são os pilares que sustentam a ascensão do país. O professor Francisco Carlos da COPPEAD, que deu aula de História em 2011 para os alunos do C-PEM, chegou a afirmar em uma de suas sessões, a importância desses vínculos. Ele acredita que as políticas de cooperação com países africanos é uma oportunidade sem igual de proliferação cultural e bem-estar social, que não exige grandes dispêndios, e têm por finalidade precípua a conquista de interesses relativos ao poder regional que o Brasil deseja nos foros internacionais.

Os insucessos históricos das políticas do Norte-Sul e a perda de influência dos EUA no Continente, advinda dos seus erros geopolíticos e financeiros, possibilitaram o adensamento da cooperação internacional promovida pelo governo brasileiro, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Entre as ações coordenadas pelo Brasil em países africanos e sul-americanos destacam-se a presença da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) na área dos alimentos, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), por

meio do Ministério da Saúde, e o SENAI, com projetos de formação profissional. Salientam-se as ações brasileiras junto à África do Sul, que têm evidenciado sua intenção de assumir novas responsabilidades nas questões de segurança regional, promoção da paz, defesa da democracia e consolidação de esquemas de integração regional. O Brasil também coordena ações de economia e política internacional com crescente visibilidade em foros e instituições multilaterais como o G20 financeiro, a FAO³⁵ e as conferências temáticas das Nações Unidas (HIRST; LIMA; PINHEIRO, 2010, pp. 10-11).

A economia brasileira tem quebrado paradigmas, elevando o patamar do PIB, que hoje é o 5º do mundo, e deverá crescer a uma taxa média de 4,5% anuais, de acordo com a previsão do banco Itaú Unibanco. Neste ritmo, poderá ultrapassar a Alemanha, quarto maior PIB, nos próximos anos.

A melhoria econômica do País permitiu ao Brasil passar à condição de “doador emergente³⁶”. Neste ponto, destaca-se a criação do Banco Sul³⁷, como iniciativa crucial ao anseio da região em adquirir soberania financeira, trazendo consigo certa independência do FMI, que sempre promove a redução na autonomia das políticas econômicas dos Estados.

O Brasil, que sempre participou nas operações de paz, quebrou mais um paradigma ao comandar a força de paz no Haiti, sob os auspícios do capítulo VII da Carta da ONU, evidenciando seu maior compromisso nas questões de “segurança coletiva”.

Como se pode observar pela tabela 1, houve um significativo aumento da participação brasileira com a contribuição, em termos de contingente militar, nas operações de paz, a partir da ida para o Haiti, em 2004.

³⁵ Organização para Agricultura e Alimentação, da ONU.

³⁶ Categoria de países pertencentes ao grupo dos “emergentes” que promove ajuda econômica global, no combate à pobreza e para o desenvolvimento em geral.

³⁷ Criado em 2007, o Banco Sul, engloba o Brasil, Equador, Argentina, Venezuela, Uruguai, Paraguai e Bolívia. O Banco, contudo ainda derrapa na falta de ações concretas, como a definição dos métodos de escolha do seu quadro de funcionários, bem como de questões operacionais (AVILA; MORAES, 2009, p. 9).

País	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Índia	4°	4°	3°	5°	3°	3°	3°
Brasil	48°	47°	45°	15°	14°	16°	16°
Argentina	21°	21°	19°	20°	16°	19°	26°
África do Sul	46°	42°	9°	7°	10°	10°	17°

Tabela 1 - Posição no ranking da ONU de contribuintes com pessoal para missões de paz, na década de 2000 até 2007

Fonte: www.un.org (2007)

Uma consequência imediata desse aumento foi “envolver os militares diretamente em uma tarefa internacional nova”, na medida em que o Brasil está no comando da operação, “além de induzir à cooperação com o Ministério das Relações Exteriores (MRE).” (LIMA, 2010, p. 413)

Para os militares, “a participação nas operações de paz traz inúmeros benefícios: aceleração do processo de modernização e profissionalização das Forças Armadas; a valorização destas na sociedade, com construção de uma imagem positiva; [...]” (LIMA, 2010, p. 413). Mas, para alguns, essa participação “não substitui o investimento necessário na defesa nacional.”

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, a crença dominante entre economistas era de um mercado autorregulado, aquilo que Adam Smith (1723-1790), pai da economia moderna, chamava de “mão invisível”. Quanto menos o Estado interviesse, melhor. A doutrina da “mão invisível”, entretanto, saiu abalada com a crise e hoje se fala em reconstrução do papel do Estado na economia global em reuniões do G20 financeiro, com a participação do Brasil.

Krugman (2009, p. 201) menciona John Maynard Keynes – economista que interpretou a Grande Depressão (1930) e sua obra-prima, “Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda”, com a famosa reflexão sobre a importância das ideias econômicas: “mais cedo ou mais tarde, as ideias, não os interesses especiais, é que são perigosas para o bem ou para o mal”.

Se pudermos associar essa frase ao que vimos ocorrer em 2008, pode-se dizer que Maynard estava correto. Afinal, a crise financeira foi desencadeada pela burla das leis mais básicas da economia, ou seja, “não existe almoço de graça”, o que significa que os recursos são limitados; que para aceitar mais de alguma coisa, é preciso aceitar menos de outras coisas; que não há ganho sem dor, nem lucro sem custo. Ao mesmo tempo, será das novas ideias que a economia e as finanças deverão ser pautadas em uma nova doutrina que leve os mercados a se acalmarem e uma nova crise não se estabeleça.

Krugman entende que a “Economia da depressão” é “o estudo de situações em que há almoço de graça, bastando descobrir como encontrá-lo”. Não se discute a mudança do capitalismo por outro regime. É preciso liberdade de ideias nesta fase, rever conceitos e reinventar o capitalismo, pois só assim poderemos evoluir.

Stiglitz entende que más ideias se movem facilmente através das fronteiras e noções econômicas erradas podem contagiar a economia com facilidade. Desta forma, pode-se dizer que “só alcançaremos novo nível de compreensão se estivermos dispostos a pensar

com clareza sobre nossos problemas e a seguir as conclusões dessas reflexões, não importa para onde nos levem”. É preciso, enfim, abrir as mentes para que novas doutrinas se estabeleçam (KRUGMAN, 2009, p. 201).

Dessa discussão de ideias, surge a perspectiva de uma nova geopolítica mundial, em que a ascensão de países emergentes no cenário internacional é cada vez maior, envolvendo novos atores, como os BRICS, a UNASUL e o IBAS. Neste diapasão, o Brasil se constitui em ator de relevância, alinhado a interesses comuns de outras potências, formando um bloco com maior musculatura nas RI, baseado na Cooperação Sul-Sul, no compromisso do debate público sobre defesa, e na dialética de uma política externa *soft*, e respaldo *hard*.

A nova geopolítica internacional e a mudança do status brasileiro no mundo remetem à necessidade de reafirmar propósitos cooperativos no plano militar e compromissos com a integração sul-americana. É do interesse brasileiro uma ativa e generosa política cooperativa com nossos vizinhos, que se traduz numa verdadeira revolução da política exterior, calcada no poder brando, e que vem trazendo benefícios à inserção brasileira no plano internacional.

Entretanto, é necessário avançar a agenda nacional no compromisso de uma política de Estado, que seja adequada à teoria realista das RI, como forma de constituir uma capacidade militar que respalde ações no plano diplomático. Sua institucionalização é necessária para que não fique ao sabor das conjunturas eleitorais. O debate já existe, mas é preciso ter a definição de uma política de Estado de longo prazo.

A baixa securitização das ameaças regionais no processo de construção nacional consolidou-se na securitização interna da defesa nacional, sendo o principal responsável pelas trajetórias institucionais separadas entre diplomacia e defesa na política exterior brasileira. Se anteriormente o Brasil renunciou a qualquer ambição militar regional, trazendo consigo uma baixa articulação entre a diplomacia e a defesa, agora existe uma pressão internacional e uma

janela de oportunidade no sentido inverso. A articulação virtuosa de diplomacia e defesa depende de uma prévia definição política de Estado, que privilegie a soberania na definição de seus interesses nacionais e a autonomia na sua implementação. (LIMA, 2009)

Caberá ao Brasil, e por que não dizer, às FA estabelecerem metas e estarem preparados e terem o conhecimento de suas limitações e oportunidades que poderão advir desta “remodelação geopolítica”, como forma de estabelecer a Defesa como uma política de Estado consistente.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Paulo Roberto de. O Brasil como ator regional e como emergente global. *Cena Internacional*, Brasília, v. 9, p. 7-36, 2007. Disponível em: <<http://www.pralmeida.org/05Docs/PRA/1748BrAtorGlobCenaIntern.pdf>> Acesso em: 9 ago. 2011.
- ALSINA Jr., João Paulo Soares. *Política externa e poder militar no Brasil: universos paralelos*. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. 160 p. (Entenda o Mundo, 3).
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 14724 – informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação*. Rio de Janeiro, 2005.
- AVILA, Róber Iturriet. Crise de hegemonia dos Estados Unidos no contexto atual. *Revista Indexada*, Rio Grande do Sul, p. 15, jan./jun. 2009. ISSN 1984-5634. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/10591/6238>>. Acesso em: 17 ago. 2011.
- AVILA, Róber Iturriet; MORAES, Rafael. O outro lado da crise: a vez e a hora da integração. *Jornadas Bolivarianas*. Santa Catarina. UFSC, 24-26 abr. 2009. Disponível em: <http://www.iela.ufsc.br/cd2009/artigos/JornadasBolivarianas_outro_lado_da_crise.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2011.
- BATISTA, Henrique G. O pior pós-crise desde a Depressão de 1929. *O Globo*, 17 ago. 2011. Caderno de economia, p. 21.
- BRANDÃO, Eduardo S. A Crise Financeira Internacional, As Causas Prováveis – As Soluções Possíveis. *Jornal de Defesa*, p. 9, 24 jan. 2010. Disponível em: <http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=757>. Acesso em: 31 jul. 2011.
- BRASIL. Estratégia Nacional de Defesa. *SAE-PR*. Brasília, 18 dez. 2008. Disponível em: <http://issuu.com/sae.pr/docs/estrat_gia-nacional-de-defesa/7?mode=a_p>. Acesso em: 9 ago. 2011.
- FERGUNSON, Niall. *A Ascensão do Dinheiro: A história financeira do mundo*. 1ª Edição. São Paulo: Planeta, 2009. 418 p.
- FIORI, José Luís. Recorrências e incertezas. *Valor ONLINE*, Rio de Janeiro, 27 jul. 2011. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/adm/enviadas/doc/pt_00000183_20110808105939.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2011.
- FRANÇA, Junia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 8ª Edição. Belo Horizonte: UFMG, 2007. 255 p.
- FRANCO, Wellington M. A atuação da SAE e a Estratégia Nacional de Defesa. In: CONFERÊNCIA PARA O CURSO DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA MARÍTIMA, 16 maio 2011, Rio de Janeiro. p. 10.

G1. Leia e assista à íntegra do discurso de Obama para empresários em Brasília. *Globo.com*. Rio de Janeiro. 19 mar. 2011. <<http://g1.globo.com/obama-no-brasil/noticia/2011/03/leia-integra-do-discurso-de-obama-para-empresarios-em-brasilia.html>>. Acesso em: 17 ago. 2011.

HAASS, Richard N. The Age of Nonpolarity: What Will Follow U.S. Dominance. *Foreign Affair*, Tampa, p. 11, maio/jun. 2008.

Haidar, Daniel. Rebaixados, mas ainda no topo. *O Globo*, 9 ago. 2011: Caderno economia, p. 22.

HIRST, Mônica; HURRELL, Andrew. *Brasil-Estados Unidos: desencontros e afinidades*. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. 244 p. (Entenda o Mundo, 2).

HIRST, Mônica. A presença do Brasil nos novos tempos da agenda interamericana. *Observatório Político Sul-Americano*, Rio de Janeiro, Análise de Conjuntura, n. 5, p. 12, maio 2009. Disponível em: < http://www.opsa.com.br/images/pdf/analise/62_analises_AC_n_05_mai_09.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2011.

HIRST, Mônica; LIMA, Maria Regina S. de; PINHEIRO, Letícia. A Política Externa Brasileira em tempos de novos horizontes e desafios. *Observatório Político Sul-Americano*, Rio de Janeiro, Análise da Conjuntura, n. 12, p. 21, dez. 2010. Disponível em: <http://observatorio.iesp.uerj.br/pdfs/81_analises_AC_n_12_dez_2010.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2011.

JORNAL ESTADO DE SÃO PAULO. Obama critica plano proposto por Bush. *Estadão.com*. São Paulo. 8 set. 2008. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,obama-critica-plano-proposto-por-bush,245934,0.htm>>. Acesso em: 9 ago. 2011.

KRUGMAN, Paul R. *A crise de 2008 e a economia da depressão*. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. 201 p.

_____. Credibilidade, "chutzpah" e dívida. *O Globo*, Rio de Janeiro, 9 ago. 2011. Caderno economia, p. 23.

LIMA, Maria Regina S. de. Diplomacia, defesa e a definição política dos objetivos internacionais: caso brasileiro. In: JOBIM, Nelson A.; ETCHEGOYEN, Sérgio W.; ALSINA Jr., João Paulo. *Segurança Internacional: Perspectivas Brasileiras*. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 401-418.

_____. La política exterior brasileña y los desafíos de la gobernanza global. *Nueva Sociedad*, jan./fev. 2009.

MOURA NETO, Júlio Soares de. A atuação da Marinha na Defesa Nacional. In: CONFERÊNCIA PARA OS CURSOS DE ALTOS ESTUDOS MILITARES, 2011, Rio de Janeiro.

NYE Jr., Joseph S. *Compreender os Conflitos Internacionais*. 1ª Edição. Lisboa: Gradiva, 2002. p. 260.

_____. *Soft power: the means to success in world politics*. New York: Public Affairs, 2004.

O GLOBO. China diz que gastos militares dos EUA comprometem economia internacional. *O Globo*, 9 ago. 2011: Caderno economia, p. 23.

_____. "NYT": Nova recessão será ainda pior. *O Globo*, 9 ago. 2011a: Caderno economia, p. 23.

RACHMAN, Gideon. Think Again: American Decline. *Foreign Policy*. Tampa, p. 1, Jan./fev. 2011. Disponível em: <http://www.foreignpolicy.com/articles/2011/01/02/think_again_american_decline>. Acesso em: 20 ago. 2011.

ROUBINI, Nouriel. Nouriel Roubini – O homem que previu o caos. *Revista Epoca (Globo.com)*, Rio de Janeiro, p.1, 4 mar. 2009. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/1,,EMI13935-15295,00.html>>. Acesso em: 17 ago. 2011.

SAINT-PIERRE, Hector Luis. A Defesa na Política Externa: dos fundamentos a uma análise do caso brasileiro. *Observatório Político Sul-Americano*, análise da conjuntura, n. 8, p. 14, ago. 2010. Disponível em: <http://www.opsa.com.br/images/pdf/analise/77_analises_AC_n_8_ago_2010.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2011.

SANTOS, Eduardo Silvestre dos. Geopolítica Pós-Moderna: Repensar a Geopolítica na era da Globalização. *Jornal Defesa (Portugal)*. Lisboa, p. 6, 05 fev. 2006. Disponível em: <http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=308>. Acesso em 24 fev. 2011.

STIGLITZ, Joseph E. Contágio de más notícias. *O Globo*, 12 ago. 2011: Caderno principal, p. 6.

_____. *O mundo em queda livre: Os Estados Unidos, o mercado livre e o naufrágio da economia mundial*. 1ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 576 p.

TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W. M. Segurança Sul-Americana e a Centralidade do Conselho de Defesa Sul-Americano para a Ordem Regional. *Meridiano 47*. Abr. 2010. Disponível em: <<http://meridiano47.info/2010/04/21/seguranca-sul-americana-e-a-centralidade-do-conselho-de-defesa-sul-americano-para-a-ordem-regional-por-augusto-wagner-menezes-teixeira-junior/>>. Acesso em: 12 ago. 2011.

WALLERSTEIN, Immanuel. Impasses e transformações para o século XXI. In: AXT, Gunter; SCHÜLER, Fernando; SILVA, Juremir Machado da. *Fronteiras do Pensamento - Retratos de um mundo complexo*. São Leopoldo: UNISINOS, 2008. p. 385-397.

ZAKARIA, Fareed. *O mundo pós-americano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ZENTGRAF, Maria Christina. "Introdução ao estudo da metodologia científica." Rio de Janeiro: COPPEAD/UFRJ, 2011.